

2012

Relatório e Contas

INDICE

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
EVOLUÇÃO GLOBAL	3
ECONOMIA PORTUGUESA	6
MERCADO DE CAPITALIS	7
MERCADO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS	11
ATIVIDADE DA CAIXAGEST, S.A.	12
EVOLUÇÃO COMERCIAL	12
EVOLUÇÃO FINANCEIRA	13
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	13
MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO	14
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS	16
RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE	42
RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	57
RELATÓRIO DE AUDITORIA & RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	60

ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. ^a Maria Amélia Vieira Carvalho de Figueiredo
Secretário	Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL ÚNICO)

Efetivo	Oliveira Rego & Associados - S.R.O.C., <i>representada pelo</i> Dr. Manuel de Oliveira Rego
Suplente	Dr. ^a Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rego

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Membro	Dr. Henrique Pereira Melo
Membro	Dr. Vitor José Lilaia Da Silva

ESTRUTURA ACIONISTA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A., através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentora da totalidade do capital social da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A..

RELATÓRIO DA GESTÃO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

EVOLUÇÃO GLOBAL

A economia mundial voltou a expandir-se em 2012, embora tenha registado o segundo ano sucessivo de abrandamento. A conjuntura económica internacional continuou condicionada por um crescimento modesto da atividade no setor industrial, reflexo da fraca procura, nomeadamente por parte das principais economias, e consequente desaceleração das transações de comércio internacional.

A procura manteve-se condicionada, em diversos casos, pelo ambiente de desalavancagem, quer de empresas, quer sobretudo de famílias, nomeadamente nas regiões desenvolvidas, e pela ausência de tração dos estímulos monetários, quer convencionais, quer não convencionais, à economia real.

Adicionalmente, com o rácio de dívida sobre o PIB a atingir, em diversos casos, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial, vários Governos continuaram a ser forçados a seguir políticas orçamentais restritivas, procurando alcançar saldos orçamentais primários positivos que permitam inverter a tendência de subida da dívida pública, atribuindo-lhe assim um carácter de sustentabilidade. Nas poucas economias em que se assistiu a algum estímulo orçamental, o impacto no crescimento não foi significativo, uma vez que o setor privado manteve uma toada de contração do consumo.

O ano de 2012 ficou marcado pela propagação da crise da dívida soberana no seio da Europa, após o contágio da mesma à dívida italiana e espanhola, situação agravada ainda pelas incertezas políticas em alguns países, pelo pedido de assistência ao setor financeiro por parte de Espanha, e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, mesmo após o processo de reestruturação da dívida pública daquele Estado Membro ainda durante o 1º trimestre de 2012. Com o receio dos investidores acerca da situação das finanças públicas a agravar-se até meados do ano, alguns Governos reforçaram as medidas de austeridade.

Os responsáveis governamentais e dos bancos centrais continuaram em 2012 a implementar medidas para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica, medidas que acabaram por despoletar uma evolução mais favorável do sentimento durante a segunda metade do ano.

Na Europa, a nível dos Governos, destaque para os novos compromissos no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas, de fiscalização orçamental, e de aumento do poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, desta feita junto do setor bancário, tendo para isso sido dados os primeiros passos com vista à criação de um mecanismo único de supervisão bancária.

A nível da política monetária, realce para a introdução de novos estímulos, nomeadamente o anúncio da criação por parte do Banco Central Europeu (BCE) do programa Transações Monetárias Definitivas (na sigla inglesa, OMT - Outright Monetary Transactions), o novo mecanismo de intervenção do banco central no mercado da dívida, assim como a decisão de reduzir a principal taxa diretora para um mínimo de 0.75% em julho, e, para a realização de um segundo leilão de cedência de liquidez a 3 anos, em fevereiro.

Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro e anunciou a aquisição de títulos de dívida hipotecária, enquanto no Japão o banco central aumentou por seis vezes a dimensão do programa de compra de ativos financeiros.

Apesar disso, ao longo do ano as estimativas de crescimento económico por parte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, foram sucessivamente sido revistas em baixa, em conformidade com a deterioração dos indicadores

económicos em muitas regiões do globo. Na atualização mais recente das estimativas económicas, em janeiro de 2013, o FMI estimava que a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, percentagem inferior aos 3,3% estimados em setembro de 2012. O FMI continuou a alertar para o fato dos diversos riscos, quer de natureza orçamental, quer financeira, serem ainda muito elevados, embora tenha reconhecido que caso não se materializem, e caso as condições financeiras continuem a melhorar, o crescimento pode vir a ser mais elevado do que o atualmente previsto para 2013.

De acordo com o Eurostat, o crescimento na Área Euro em 2012 terá voltado a contrair, desta feita - 0,4%, tendo a economia voltado a cair em recessão pela segunda vez em quatro anos. Esta retração assentou primordialmente na procura doméstica.

Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, que terão averbado uma contração. Quanto aos restantes Estados Membros da Área Euro, nomeadamente os principais, embora tenham crescido, registaram fortes abrandamentos. O desemprego na região continuou a aumentar em 2012, tendo a taxa de desemprego atingido 11,8%, perto do final do ano, o nível mais elevado desde o verão de 1990.

INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxas de variação (%)		Taxas (em %)			
	PIB		Inflação (b)		Desemprego (b)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
União Europeia (a)	1.5	-0.3	3.1	2.7	9.7	10.5
Área do Euro	1.4	-0.4	2.7	2.5	10.1	11.3
Alemanha	3.0	0.7	2.5	2.1	5.5	5.5
França	1.7	0.2	2.3	2.3	9.6	10.2
Reino Unido	0.9	-0.3	4.5	2.7	8.0	7.9
Espanha	0.4	-1.4	3.1	2.5	21.7	25.1
Itália	0.4	-2.3	2.9	3.3	8.4	10.6
EUA	1.8	2.3	3.1	2.0	9.0	8.2
Japão	-0.6	2.0	-0.3	0.0	4.6	4.5
Rússia	4.3	3.6	8.4	5.1	6.5	6.0
China	9.3	7.8	5.4	3.0	4.1	4.1
Índia	7.9	4.5	10.2	9.6	n.d.	n.d.
Brasil	2.7	1.0	6.6	5.2	6.0	6.0

Fontes: FMI: World Economic Outlook - Update - Janeiro de 2013

(a) Comissão Europeia: European Economic Forecast - Novembro de 2012

(b) FMI: World Economic Outlook - Setembro de 2012 (para os países não membros da UE)

n.d. – não disponível

Nos EUA, apesar da crescente incerteza relacionada com o forte ajustamento orçamental previsto para 2013, o crescimento teve um contributo positivo para o sentimento dos investidores, tendo a atividade mantido um ritmo de expansão ligeiramente acima do inicialmente esperado. Destacou-se a substancial melhoria do mercado habitacional, quer ao nível de preços, quer ao nível de vendas.

Embora os níveis de crescimento mais elevados tenham sido registados pelas economias emergentes, este bloco evidenciou também algum abrandamento no decurso de 2012, sobretudo na segunda metade do ano. O mesmo foi, por um lado, resultado do enfraquecimento dos seus principais parceiros comerciais, e por outro, das políticas macroeconómicas de contenção

implementadas ainda durante 2011, a fim de prevenir o aparecimento de pressões inflacionistas.

Assim, em 2012, em muitas destas economias as políticas monetárias foram novamente objeto de ajustamento, desta feita no sentido expansionista.

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

Taxas de variação (em %)	União Europeia		Área do Euro	
	2011	2012	2011	2012
Produto Interno Bruto (PIB)	1.5	-0.3	1.4	-0.4
Consumo privado	0.1	-0.6	0.1	-1.0
Consumo público	-0.1	0.0	-0.1	-0.2
FBCF	1.4	-2.2	1.5	-3.5
Procura Interna	0.3	-0.7	0.3	-1.3
Exportações	6.4	2.2	6.3	2.5
Importações	4.1	0.1	4.2	-0.5
Taxas (em %)				
Taxa de Inflação (IHPC)	3.1	2.7	2.7	2.5
Taxa de desemprego	9.7	10.5	10.1	11.3
Saldo do Setor Púb. Adm. (em % PIB)	-4.4	-3.6	-4.1	-3.3

Fonte: Eurostat

Valores de 2012: Comissão Europeia: European Economic Forecast - novembro de 2012

Comissão Europeia: European Economic Forecast - novembro de 2012

No bloco asiático voltou a assistir-se às maiores taxas de expansão. Ainda assim, a atenção dos investidores esteve centrada quer na China, onde no verão o crescimento económico registado foi o mais baixo desde o início de 2009, quer no Japão, onde a atividade voltou a terreno negativo.

Destaque ainda para o desempenho da economia brasileira, cuja expansão foi muito inferior à esperada. O Banco Central do Brasil destacou-se, aliás, ao decretar sete reduções da taxa diretora, enquanto, por seu lado, o governo anunciou novos estímulos ao consumo e ao investimento.

Em 2012, a nível global, a inflação não constituiu um obstáculo à implementação de medidas de estímulo à economia, uma vez que se observou uma tendência de moderação, enquanto as expectativas para a evolução do nível dos preços permaneceram ancoradas.

Na Área Euro, a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 2,5%, abaixo dos 2,7% de 2011, tendo o principal contributo para o arrefecimento dos preços vindo da componente energética.

ECONOMIA PORTUGUESA

No decurso de 2012 prosseguiu o processo de ajustamento da economia portuguesa caracterizado pela redução das necessidades de financiamento líquidas dos diversos setores da economia, bem como pelo ajustamento do balanço dos bancos através do aumento dos rácios de solvabilidade e da redução dos rácios de transformação.

A atividade económica nos primeiros três trimestres de 2012 decresceu -3,0%, se comparada com o mesmo período de 2011, tendo-se assistido a variações em cadeia negativas nos três períodos já conhecidos. Este desempenho resultou do contributo negativo do consumo privado, do consumo público e do investimento, atenuado apenas pelo desempenho das exportações líquidas.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Taxas de variação (em %)	2010	2011	2012 (a)
Produto Interno Bruto	1.4	-1.7	-3.0
Consumo privado	2.1	-4.0	-5.9
Consumo público	0.9	-3.8	-3.3
FBCF	-4.1	-11.3	-14.1
Procura Interna	1.8	5.8	n.d.
Exportações	8.8	7.5	4.3
Importações	5.4	-5.3	-6.6

Taxas (em %)			
Taxa de Inflação (IHPC)	1.4	3.7	2.8
Taxa de desemprego	10.8	15.5	16.4
Défice do SPA (em % do PIB)	-9.8	-4.4	-5.0
Dívida Pública (em % do PIB)	93.5	108.1	119.1

Fonte: INE

(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2013, outubro de 2012 n.d. – Não disponível

Quer o consumo privado, com uma queda de -5,8%, quer o consumo público, que contraiu -4,3%, contribuíram para o decréscimo da atividade económica durante o período em causa. Tal deveu-se, em parte, à política orçamental contracionista num contexto de implementação do Programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal. Também se assistiu a um agravamento da confiança dos consumidores, tendo este sido evidente no terceiro trimestre.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) diminuiu -14,9%, com forte expressão na componente da construção e de equipamento de transporte. Tal foi consequência, sobretudo, do nível de atividade económica e do decréscimo do investimento público.

Registe-se o comportamento do comércio internacional. Por um lado, as exportações cresceram 9,3%, por outro lado, as importações diminuíram -3,0%. Apesar do abrandamento da economia mundial, observou-se um aumento da quota das exportações portuguesas ao longo de 2012. As exportações destinadas ao mercado extracomunitário aumentaram 24,5%. Por seu lado, a queda das importações deveu-se, sobretudo, à contração da procura interna.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, nos primeiros 11 meses de 2012, uma taxa de variação média de 2,8%, 0,3 pontos percentuais acima da Área Euro. Esta resultou, em parte, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indiretos, nomeadamente, o IVA.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve a tendência de subida em 2012. Em termos médios, esta fixou-se em 15,7%, sendo a população desempregada de 923,2 mil indivíduos, um aumento de 19,7% face ao mesmo período de 2011.

MERCADO DE CAPITAIS

As incertezas derivadas da questão da dívida soberana europeia, herdadas dos anos anteriores, continuaram a constituir o principal obstáculo à retoma da confiança dos investidores e demais agentes na recuperação económica durante grande parte de 2012, sobretudo após os indícios de que os efeitos dessas dúvidas se propagaram a Estados Membros da Área Euro de maior dimensão. A evidência de abrandamento das regiões emergentes, sobretudo do leste europeu, elevou ainda os receios quanto ao crescimento da economia global.

As organizações internacionais e os bancos centrais reviram em baixa as estimativas de crescimento nessa altura, e em alguns casos decretaram reduções de taxas de juro diretoras, dado que também a inflação moderou em diversos blocos. A atuação dos Bancos Centrais, de carácter convencional e não convencional, e a promessa de adição de novos estímulos económicos, nos quais se enquadra o anúncio dos detalhes do novo programa de aquisição de dívida no mercado secundário pelo BCE (OMT), contribuiu, contudo, de forma decisiva para que os mercados de capitais encerrassem 2012 a evidenciar fortes sinais de estabilização, isto apesar da incerteza relacionada com a situação das finanças públicas dos EUA, tema que foi ganhando protagonismo durante a 2ª metade do ano.

As perspetivas mais positivas com que se encerrou 2012 em termos da resolução da crise da dívida europeia prenderam-se não com qualquer melhoria dos dados económicos, mas sim com o reforço da coordenação das políticas das autoridades europeias no sentido da estabilização e fortalecimento da União Monetária. A evidência de que os decisores deram os primeiros passos para a criação de uma União Bancária, o reforço da sustentabilidade orçamental, e um conjunto de novas medidas adotadas pelo BCE constituíram ações nesse sentido.

Embora a economia da Área Euro tenha voltado a cair em recessão em 2012, a divulgação de indicadores económicos positivos nos EUA e na China contribuíram, em adição, para que o sentimento de mercado recuperasse nos últimos meses do ano.

Ainda no 3º trimestre de 2012, de acordo com o FMI, a atividade económica mostrou uma melhoria modesta. A aceleração do crescimento foi maior nas economias emergentes, bem como nos EUA, onde o desempenho foi um pouco acima do previsto.

Apesar dos riscos e das incertezas, o ano de 2012, sobretudo devido aos últimos meses, pautou-se por uma elevada contração nos prémios de risco da grande maioria das diferentes classes de ativos, que no cômputo anual apresentaram rendibilidades positivas. Os fluxos de capitais permaneceram fortes, sobretudo nas economias emergentes.

Mercado Acionista

Após um início de ano com tom positivo, o mercado acionista encetou uma forte queda durante o segundo trimestre de 2012, afetado pelos indícios de propagação da crise da dívida soberana europeia a países de maior dimensão, nomeadamente à Espanha e à Itália, pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, bem como pelas preocupações acerca das necessidades de recapitalização da banca espanhola, e ainda pelo impasse político em alguns países da Área Euro.

O reforço das medidas de estímulo ao crescimento económico por parte das autoridades monetárias de diversos países, incluindo reduções das taxas de juro diretoras, pelo imperativo de assegurar o fluxo de crédito à economia, o desempenho positivo a que se foi assistindo em termos dos lucros das empresas e alguma retoma da atividade económica, nomeadamente dos EUA e da China na fase final do ano, levou a que o mercado retomasse a tendência de subida ao longo do segundo semestre de 2012, tendo sido possível encerrar o ano com valorizações positivas dos principais índices.

Durante o ano assistiu-se a momentos muito díspares de valorização. Nos EUA, os ganhos mais

salientes estiveram concentrados sobretudo na primeira metade de 2012, enquanto na Europa a valorização maior aconteceu durante o segundo semestre. Destaque para o PSI20 português que embora tenha registado uma subida de 2.9%, até final de novembro averbava ainda uma desvalorização.

ÍNDICES BOLSISTAS

	2011		2012	
	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova Iorque)	12217,56	5,5%	13104,14	7,3%
Nasdaq (Nova Iorque)	2605,87	-1,8%	3019,514	15,9%
FTSE (Londres)	5572,28	-5,6%	5897,91	5,8%
NIKKEI (Tóquio)	8455,35	-17,3%	10228,92	21,0%
CAC (Paris)	3159,81	-17,0%	3641,07	15,2%
DAX (Frankfurt)	5898,35	-14,7%	7612,39	29,1%
IBEX (Madrid)	8566,30	-13,1%	8167,50	-4,7%
PSI-20 (Lisboa)	5494,27	-27,6%	5655,15	2,9%

Em 2012 voltou a observar-se diferentes desempenhos entre regiões, num contexto geral de valorização. Entre os países desenvolvidos, a Europa registou um ano de ganhos mais significativos dos respetivos índices acionistas, após o reforço dos mecanismos de combate à crise da dívida soberana. Evidenciaram-se os índices das economias do centro, destacando-se o DAX alemão, e em menor magnitude os da periferia, sendo de salientar, contudo, o ASE da Grécia com uma subida de 33,4%. Pela negativa, entre os periféricos, apenas a Espanha averbou uma queda, neste caso de -4,7%. O índice japonês subiu 21%, ganho concentrado no final do ano após o vitória do LDP na eleições legislativas ter despoletado o anúncio de mais estímulos económicos. Nos EUA, destaque para a variação positiva no ano, mesmo com o avolumar dos receios em torno da situação das finanças públicas.

O desempenho dos mercados acionistas emergentes em 2012 foi positivo, e em linha com o das praças acionistas dos mercados desenvolvidos, isto apensar dos receios de abrandamento económico. O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes subiu 15,2%, tendo-se assistido a um comportamento pouco uniforme, já que enquanto na China o índice Shanghai valorizou 3,2%, na Índia o Sensex destacou-se ao subir 25,7%. No Brasil, o Bovespa apreciou-se 15,1%, e na Rússia a subida do índice respetivo foi de 5,2%.

Mercado Obrigacionista

A evolução da crise da dívida soberana europeia condicionou o comportamento do mercado obrigacionista ao longo de 2012, à semelhança do verificado no ano anterior, afetando igualmente o segmento de obrigações de empresas, o qual encerrou com uma redução dos spreads, em particular do setor financeiro.

O contágio do receio acerca da sustentabilidade da dívida pública a países de maior dimensão, nomeadamente à Espanha e à Itália, ainda durante a fase final de 2011, estendeu-se e agravou-se ao longo dos primeiros sete meses de 2012, nomeadamente entre março e julho, mesmo após a realização de dois leilões de cedência de liquidez por parte do BCE de montantes ilimitados, a 3 anos, por forma a garantir a existência de liquidez no sistema financeiro europeu, o segundo em fevereiro e o primeiro ainda em dezembro de 2011.

As taxas de rendibilidade da dívida soberana de Itália e de Espanha esboçaram ao longo da primeira

parte do ano uma tendência de subida, registando sucessivos máximos históricos, tendo a trajetória sido contrária no caso da Irlanda e, sobretudo, de Portugal.

A partir do final de julho, a atuação dos bancos centrais, em particular do BCE, foi determinante para o forte estreitamento dos custos de financiamento de Itália e de Espanha, ao mesmo tempo que contribuiu para que os de Portugal e da Irlanda mantivessem a tendência de decréscimo que nestes casos vigoravam desde o início do ano. O fator crucial para a inflexão da tendência de subida das taxas de rendibilidade de Itália e Espanha correspondeu à apresentação do novo mecanismo de compra de dívida soberana europeia o que, embora condicional a um pedido de ajuda à Comissão Europeia, tem um caráter ilimitado em termos dos montantes de compra de títulos de dívida por parte do BCE.

O estreitamento dos prémios de risco das obrigações da periferia, bem como de Itália e de Espanha, foram resultado ainda das decisões positivas das diversas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da Área Euro, em termos do reforço dos mecanismos de integração financeira e orçamental.

Apesar da redução do prémio de risco associado à crise da dívida pública europeia, tal não se traduziu numa inversão da trajetória descendente observada ao longo dos primeiros sete meses do ano das taxas de rendibilidade dos países com melhor qualidade creditícia.

As taxas de rendibilidade dos EUA e da Alemanha desceram em 2012, nos vários prazos da curva de rendimentos, algo que se verificou também nos países do centro da Europa. A tendência de queda, por efeito refúgio, levou a que no final do mês de julho tenham sido atingidos novos mínimos no caso das taxas norte-americanas e germânicas. A diminuição das mesmas foi interrompida na segunda metade do ano em consequência das decisões referidas com o propósito de cimentar a integração financeira, as quais levaram a uma acalmia significativa dos receios dos investidores quanto à possibilidade de uma fragmentação da União Económica e Monetária.

As taxas de curto prazo nos EUA continuaram a beneficiar da manutenção da taxa diretora da Reserva Federal norte-americana num nível mínimo, da expectativa de que assim permanecerá durante um prolongado período de tempo dada a indicação do FED nesse sentido, e ainda do reforço das medidas de estímulo monetário ao crescimento económico. Assim, após um período inicial de alguma subida, estas desceram para patamares historicamente baixos em julho, antes de estabilizarem durante o resto do ano. Na Área Euro, registou-se um aumento também durante os primeiros três meses do ano, antes da significativa redução das mesmas nos quatro meses seguintes, para o que contribuiu ainda a decisão do BCE de proceder em julho a um corte adicional da taxa de refinanciamento, fixando-a num novo mínimo de 0,75%, bem como cortar para 0% a taxa de remuneração dos depósitos.

As taxas de rendibilidade das maturidades longas, quer norte-americanas, quer germânicas, tiveram ao longo de todo o ano de 2012 um desempenho muito sincronizado entre si. Após terem registado um aumento nos primeiros meses do ano, averbaram um forte declínio e, à semelhança das taxas de prazos mais curtos, atingiram níveis mínimos históricos, tendo estabilizado nos meses seguintes até ao final do ano. Para além de outros fatores já referidos que condicionaram o comportamento dos mercados, beneficiaram também da diminuição das pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau de arrefecimento económico.

No cômputo do ano, e tal como sucedeu no ano anterior, assistiu-se a uma queda maior das maturidades mais longas do que das mais curtas. Nos EUA, a taxa a 2 anos acabou por registar, ainda assim, um ganho muito marginal (+0,8 p.b.), e a taxa a 10 anos uma queda de -11,9 p.b., enquanto na Alemanha os 2 anos desceram -16 p.b., enquanto os 10 anos diminuíram -51,3 p.b..

A queda da taxa de rendibilidade das obrigações da dívida pública portuguesa destacou-se na Europa. No cômputo do ano, a respetiva taxa a 10 anos, após ter atingido logo no início do ano o valor máximo desde a introdução do euro, corrigiu ao longo de todo o ano de 2012. A queda anual de -635 p.b. quase anulou o aumento de 676 p.b. registados durante 2011. A quase ininterrupta tendência de

diminuição caracterizou igualmente as taxas de curto prazo, com os 2 anos a descerem -1236 p.b., neste caso mais do que anulando o aumento de -1180 p.b. observado em 2011.

Em termos do desempenho dos spreads das taxas de rendibilidade dos países da periferia face às alemãs, apenas os de Portugal e da Grécia registaram diminuições, no segundo caso fruto da reestruturação da dívida pública grega, renegociação das metas orçamentais e melhoria das condições de financiamento nos empréstimos realizados àquele país. No caso do português, o spread reduziu-se em -584 p.b., encerrando o ano no nível mais baixo desde março de 2011. Assistiu-se igualmente a um estreitamento destes diferenciais no caso das economias do centro, França, Holanda, Bélgica e Áustria, e inclusive de Itália. Entre os principais países, apenas o diferencial de Espanha aumentou, isto apesar da compressão registada durante a segunda metade do ano.

O contexto mais otimista teve reflexos no mercado de dívida privada, cujos spreads, após 2 anos de forte alargamento, registaram uma redução em 2012, beneficiando quer das decisões no seio da União Europeia para a resolução da crise da dívida soberana, quer da atuação dos principais bancos centrais.

O mercado primário revelou em 2012 uma assinalável melhoria, em particular após o verão, permitindo inclusivamente o financiamento de países periféricos, com destaque para as empresas portuguesas.

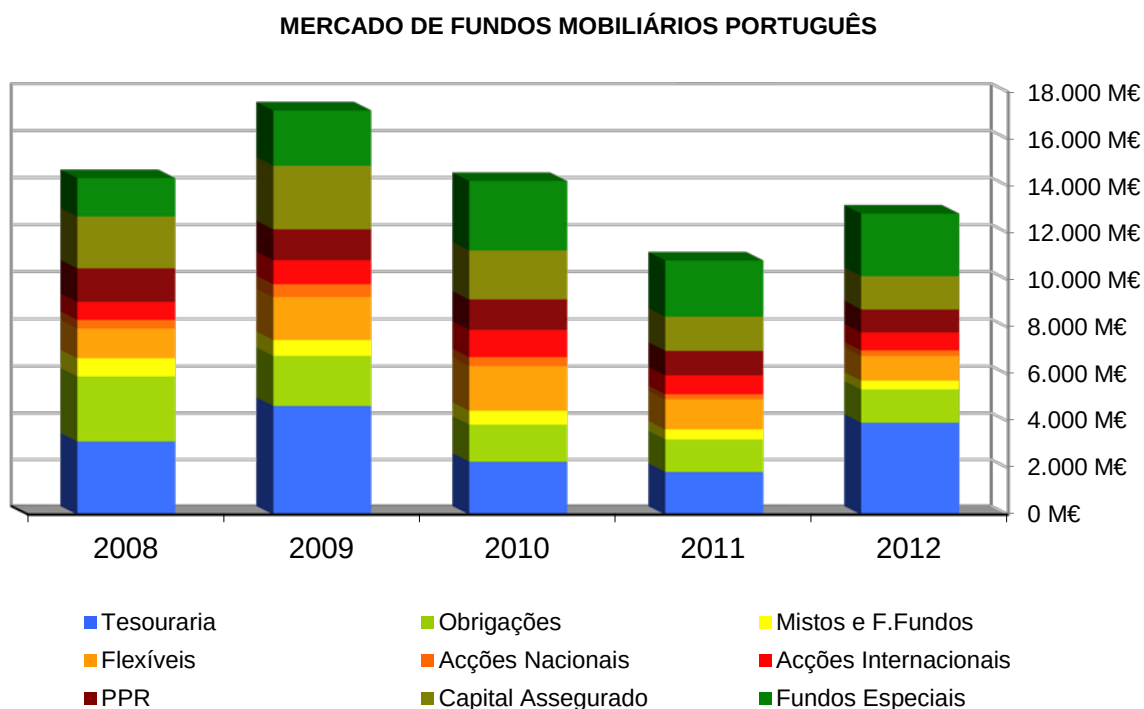
O setor financeiro beneficiou de forma notória com as medidas do BCE, e com as primeiras decisões no âmbito da criação de um futuro sistema bancário integrado, registando um forte estreitamento de spreads sobretudo na segunda metade do ano, mais pronunciado nas empresas financeiras do que nas empresas não financeiras.

MERCADO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS

No final de 2012, o valor dos fundos mobiliários geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 12.830 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a um acréscimo de 1.995 M€ (18%) face ao ano anterior.

Os Fundos de Tesouraria registaram um crescimento de 2.108 M€ (115%), regressando aos níveis de 2009, os Fundos Especiais de Investimento aumentaram 295 M€ (12%) e os Fundos de Obrigações 27 M€ (2%). As restantes categorias de fundos registaram decréscimos em 2012: os Fundos Flexíveis diminuíram 233 M€ (18%), os Fundos de Ações, no seu conjunto, baixaram 15 M€ (1%), os fundos PPR, 75 M€ (7%) e os Fundos de Capital Assegurado perderam 57 M€ (4%) com a liquidação de 9 fundos.

Os Fundos de Tesouraria e os Fundos Especiais de Investimento eram as categorias com maior dimensão no mercado português, com ativos 3.942 M€ e 2.664 M€, respetivamente, o que corresponde a mais de metade do volume do mercado de fundos mobiliários.



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Em 2012, o número de fundos mobiliários portugueses em atividade baixou de 299 para 273, devido à liquidação de 37 fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento e fundos de Capital Garantido, e à constituição de apenas 11 fundos.

No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 83% do mercado e a quota de mercado da Caixagest ascendia a 25% e mantendo a liderança do mercado.

ATIVIDADE DA CAIXAGEST, S.A.

EVOLUÇÃO COMERCIAL

Fundos Mobiliários

O ano de 2012 foi caracterizado pela diminuição do poder de compra das famílias portuguesas, pelo ajustamento em baixa das expectativas dos empresários e famílias relativamente ao sentimento económico, pelo aumento do desemprego e da aversão ao risco por parte dos investidores ao mesmo tempo que as taxas de juro dos depósitos a prazo se mantiveram artificialmente elevadas.

O segundo semestre do ano foi influenciado, em termos de sentimento económico, pelo sucesso da colocação de ofertas públicas de subscrição de obrigações de vários emitentes nacionais no mercado de retalho, com yields bastante competitivas. No final do ano o BCE anunciou o lançamento do programa de Transações Monetárias Diretas (OMT), através do qual se compromete a efetuar compras ilimitadas de dívida soberana. Este anúncio teve um impacto direto na melhoria da perceção do risco das obrigações dos governos dos países periféricos, com um estreitamento acentuado dos spreads de crédito, e da redução da curva da taxa de juro dos depósitos a prazo.

Neste contexto, a estratégia de 2012 assentou:

- Numa dinamização dos fundos do mercado monetário, com nível de risco baixo e retornos competitivos, com procura crescente por parte dos aforradores.
- Na promoção dos fundos de obrigações e de ações, aproveitando o bom momento das várias classes de ativos no decurso de 2012.
- Na continuada aposta na formação e literacia financeira, nos vários canais de distribuição.
- No desenvolvimento de cursos temáticos na plataforma de e-learning, de difusão generalizada, para toda a rede comercial dos canais de distribuição, sobre mercados e instrumentos financeiros.

A estratégia comercial foi sustentada pela dinamização dos fundos de oferta permanente, em detrimento do lançamento de novos produtos.

Em 2012 apenas foi lançado um novo produto, o fundo Caixagest Rendimento Corporate II 2014, foi liquidado o Fundo Caixa Capitalização e terminaram dois fundos: o Caixagest Seleção Especial e o Caixagest Valor Premium.

Gestão discricionária de Carteiras

A gestão discricionária de carteiras registou, para o segmento de Institucionais, um aumento de 17% no volume de ativos sob gestão, em resultado da boa performance dos mercados ao longo do ano. Quanto ao segmento de Particulares, registou-se um crescimento de 32% no número de novos clientes, essencialmente no serviço de Aconselhamento, sendo um reflexo do reconhecimento da qualidade do serviço prestado junto dos clientes. A procura crescente para este tipo de serviço, por parte da rede de retalho, denota um esforço conjunto na colocação de fontes alternativas de valor no *portfolio* do cliente final.

EVOLUÇÃO FINANCEIRA

O ano de 2012 ficou marcado pelo aumento das comissões da Caixagest para o valor de 21,6 M€, mais 7,2% do que no anterior.

O produto bancário aumentou 22% para 10,4 M€ e os custos de funcionamento baixaram 7,2% para 6,5 milhões de euros, em cumprimento das orientações do Orçamento Geral do Estado e das diretrizes do acionista. Deste modo, o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no valor de 2,6 M€ euros, registou um acréscimo de 134% face ao ano anterior.

Adicionalmente, a atividade de gestão de fundos mobiliários e de carteiras gerou, direta e indiretamente, para a CGD 8,5 M€ de comissões de comercialização, 6,1 M€ de comissões de custódia de títulos e 0,3 M€ de comissões de resgate.

(Milhares de Euros)

	2011	2012	Variação
Ativo líquido	31 313	34 317	10%
Capitais próprios	27 155	28 650	6%
Distribuição de Dividendos e Reservas	1 053	1 109	5%
Resultado líquido	1 109	2 595	134%
Capital social	9 300	9 300	

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A área de gestão dos sistemas de informação da Caixagest consolidou, durante o ano de 2012, os processos de negócio através da melhoria das atividades de gestão de informação e de gestão tecnológica, tendo sido dada continuidade à atualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente:

- Aos sistemas de valorização de fundos de investimento mobiliário e gestão de patrimónios;
- Ao sistema de apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas;
- Ao programa de contabilidade e gestão de pessoal;
- Na consolidação da plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de gestão de valores mobiliários, *pricing*, *reporting* legal e disponibiliza informação para as diversas áreas de negócio da Caixagest;
- Foi implementada a componente de Obrigações da nova ferramenta de *front office* para a gestão de ativos “Charles River” cuja utilização plena encontra-se prevista para 2013;

MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

A Sociedade considera fundamental que os Fundos e as Carteiras que administra possuam um sistema de controlo interno adequado e eficaz. A sociedade define o sistema de controlo interno como o conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, e ainda as ações desenvolvidas por este Conselho e todos os colaboradores da Caixagest, por forma a assegurar:

- O desempenho eficiente e rentável, no médio e longo prazo, da atividade através de uma utilização eficaz dos ativos e recursos;
- A efetiva observância das obrigações legais e regulamentares a que se encontra sujeita;
- A apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a estabilidade e sobrevivência da sociedade;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- A existência de informação financeira e de gestão completa e fiável.

Para atingir estes objetivos a Sociedade tem vindo a fomentar, ao longo do tempo, uma cultura e um ambiente de controlo adequados, assegurando atividades de controlo, um mecanismo de avaliação do ambiente de controlo, bem como um efetivo processo de monitorização.

Diversos projetos têm sido implementados, abrangendo de forma transversal todos os órgãos de estrutura da organização, nomeadamente, em termos de gestão do risco operacional e mecanismo de controlo interno (ROCI), bem como na implementação e manutenção do plano de continuidade de negócio (PCN).

A implementação do projeto ROCI permitiu a criação da função de gestão de riscos para a sociedade gestora.

Relativamente ao processo de monitorização do sistema de controlo interno, a Sociedade subcontratou, no início do ano, a função de auditoria interna à Direção de Auditoria Interna da CGD, tendo ficado já estabelecido o programa de ação a desenvolver nos próximos 3 anos, com início em 2012.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea 5 f) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto da CAIXAGEST – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., relativo ao ano de 2012, no valor de 2.594.559,58 euros (dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade e atenção manifestada em todos os contatos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – fiscal único da sociedade e revisor oficial de contas dos fundos – e aos membros da assembleia-geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, a quem se dedica uma palavra de apreço;
- A todos os clientes dos fundos e carteiras geridos pela sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram decisivos para os resultados alcançados;

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria – Presidente

Fernando Manuel Domingos Maximiano

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	13	573.668	561.028
Juros e encargos similares	13	(273)	(350)
Margem financeira		573.395	560.678
Rendimentos de serviços e comissões	14	21.607.714	20.147.287
Encargos com serviços e comissões	14	(11.370.128)	(11.842.258)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	5	160	(142)
Resultados de reavaliação cambial		60	1
Outros resultados de exploração	15	(413.778)	(366.814)
Produto bancário		10.397.423	8.498.752
Gastos com o pessoal	16	(3.661.340)	(3.721.877)
Gastos gerais administrativos	18	(2.511.757)	(2.983.236)
Amortizações do exercício	7	(365.713)	(285.967)
Resultado antes de impostos		3.858.613	1.507.672
Impostos correntes	8	(1.264.053)	(399.152)
Resultado líquido do exercício		2.594.560	1.108.520
Receitas e despesas não reconhecidas no resultado do exercício:			
Variações na reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de impostos		9.232	(6.533)
Rendimento integral do exercício		2.603.792	1.101.987
Número médio de ações ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado líquido por ação		1,39	0,60
Número médio de ações ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado integral por ação		1,40	0,59

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2012		2011		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2012	2011
		Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		321	-	321	320	Passivos por impostos correntes	8	920.063	107.606
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	1.676.613	-	1.676.613	2.613.609	Passivos por impostos diferidos	8	222	-
Activos financeiros disponíveis para venda	5	51.799	-	51.799	39.076	Outros passivos	10	4.746.627	4.050.550
Aplicações em instituições de crédito	6	21.530.315	-	21.530.315	19.024.542	Total do passivo		5.666.912	4.158.156
Activos tangíveis	7	803.016	(641.847)	161.169	129.693	Capital	11	9.300.000	9.300.000
Activos intangíveis	7	1.920.978	(1.488.442)	432.536	694.913	Prémios de emissão	11	195.192	195.192
Activos por impostos diferidos	8	-	-	-	3.106	Reserva de justo valor	12	617	(8.615)
Outros activos	9	10.464.333	-	10.464.333	8.807.799	Outras reservas	12	16.559.805	16.559.805
						Resultado líquido do exercício	12	2.594.560	1.108.520
						Total do capital próprio		28.650.174	27.154.902
Total do activo		36.447.375	(2.130.289)	34.317.086	31.313.058	Total do passivo e do capital próprio		34.317.086	31.313.058
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS									
Activos geridos:									
. Fundos de investimento mobiliário	19			3.070.582.427	2.490.072.582				
. Carteiras sob gestão	19			19.470.197.469	16.671.348.244				
Sistema de Indemnização aos Investidores	20			30.188	66.197				

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Reserva de justo valor	Reserva legal	Reservas livres	Outras reservas	Total de outras reservas	Resultado do exercício	Total do Capital próprio
SalDOS em 31 de Dezembro de 2010		9.300.000	195.192	(2.082)	9.300.000	6.763.096	496.709	16.559.805	1.052.851	27.105.766
Distribuição do resultado do exercício anterior:										
. Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	-	-	(1.052.851)	(1.052.851)
Rendimento integral do exercício:										
. Reserva de justo valor	5 e 8	-	-	(8.888)	-	-	-	-	-	(8.888)
. Efeito fiscal	8	-	-	2.355	-	-	-	-	-	2.355
. Resultado líquido do exercício de 2011		-	-	-	-	-	-	-	1.108.520	1.108.520
SalDOS em 31 de Dezembro de 2011		9.300.000	195.192	(8.615)	9.300.000	6.763.096	496.709	16.559.805	1.108.520	27.154.902
Distribuição do resultado do exercício anterior:										
. Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	-	-	(1.108.520)	(1.108.520)
Rendimento integral do exercício:										
. Reserva de justo valor	5 e 8	-	-	12.560	-	-	-	-	-	12.560
. Efeito fiscal	8	-	-	(3.328)	-	-	-	-	-	(3.328)
. Resultado líquido do exercício de 2012		-	-	-	-	-	-	-	2.594.560	2.594.560
SalDOS em 31 de Dezembro de 2012		9.300.000	195.192	617	9.300.000	6.763.096	496.709	16.559.805	2.594.560	28.650.174

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	2012	2011
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>		
Recebimentos de fundos de investimento	13.028.483	17.092.588
Recebimentos de clientes de gestão discricionária	6.826.916	6.923.700
Pagamentos de comissões de comercialização e depositário	(9.999.631)	(11.953.550)
Pagamentos a fornecedores	(3.144.486)	(4.309.046)
Pagamentos ao pessoal	(3.306.642)	(3.485.935)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional	(683.429)	(2.530.331)
Fluxos gerados pelas operações	2.721.211	1.737.426
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(451.596)	(289.452)
Fluxos das atividades operacionais	2.269.615	1.447.974
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Aplicações em instituições de crédito	64.500.000	99.000.000
Juros e rendimentos similares	567.357	564.240
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(159.645)	(48.338)
Aplicações em instituições de crédito	(67.000.000)	(99.005.738)
Fluxos das atividades de investimento	(2.092.288)	510.164
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(293)	(411)
Amortização de contratos de locação financeira	(5.509)	(5.425)
Dividendos	(1.108.520)	(1.052.851)
Fluxos das atividades de financiamento	(1.114.322)	(1.058.687)
Variação de caixa e seus equivalentes	(936.995)	899.451
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.613.929	1.714.478
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.676.934	2.613.929

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “Caixagest”), foi constituída por escritura pública de 6 de Novembro de 1990. A Sociedade tem por objeto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário, abertos ou fechados, e de fundos de capital de risco, a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, bem assim como a consultoria de investimento relativa a estes ativos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os fundos de investimento mobiliário, bem como as carteiras de ativos sob gestão, encontram-se detalhados na Nota 19.

Conforme indicado na Nota 11, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A., uma sociedade inserida no Grupo CGD. Consequentemente, a gestão da Caixagest é influenciada por decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 21.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixagest foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não existem exceções com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade entre as NCA e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não foram ainda objeto de aprovação pela Assembleia Geral, tendo contudo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de Fevereiro de 2013. Contudo, o Conselho de Administração da Caixagest admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo de aquisição. Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor são registados diretamente em capitais próprios, na rubrica “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício.

Os juros corridos de obrigações e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

b) Comissões*Comissão de gestão*

A comissão de gestão, de acordo com o Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro, corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário. Na generalidade dos Fundos, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão, sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissão de comercialização

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra à Sociedade uma comissão de comercialização equivalente a 55% ou a 67% da comissão de gestão cobrada por esta aos Fundos, dependendo da data de constituição e natureza do Fundo.

Para os Fundos Fechados constituídos até 31 de Dezembro de 2004, a CGD cobrou à Sociedade uma comissão de comercialização única que incidiu sobre o valor de cada Fundo na data da sua constituição. Essa comissão encontra-se a ser reconhecida como gasto na demonstração dos resultados, de forma linear, ao longo do prazo de duração de cada Fundo.

Para alguns Fundos Especiais de Investimento comercializados no exercício de 2008, no âmbito da campanha “Caixa Poupa & Ganha”, a CGD cobrou à Sociedade uma comissão de comercialização única, a qual se encontra a ser reconhecida como gasto na demonstração dos resultados, de forma linear, desde a data de subscrição de tais Fundos até à data de liquidação dos mesmos.

Adicionalmente, a Sociedade administra, gere e representa, fundos de investimento mobiliário comercializados pelos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT). Por esta função, os CTT debitam à Sociedade uma comissão de comercialização equivalente a 45% da comissão de gestão cobrada por esta aos Fundos.

Estas comissões são registadas na rubrica “Encargos com serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissão de gestão discricionária de carteiras

Esta comissão é cobrada trimestral ou anualmente aos clientes pela gestão discricionária e individualizada das suas carteiras. Esta comissão é calculada sobre o valor das carteiras de ativos geridas no final de cada mês ou sobre o respetivo valor médio apurado diariamente, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14). Nos termos dos contratos celebrados, a Caixagest não garante rendimentos mínimos nas carteiras sob gestão.

Comissão de aconselhamento

Como remuneração pela sua atividade de prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, a Sociedade cobra mensalmente aos seus clientes comissões calculadas sobre o valor médio trimestral dos ativos relativamente aos quais presta estes serviços, apurados com base no seu valor no final de cada mês. Estas comissões são registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissão de performance

Como remuneração pela sua atividade de gestão discricionária de carteiras, a Sociedade cobra adicionalmente um prémio de desempenho. Este prémio é calculado numa base anual e corresponde a uma percentagem do diferencial positivo entre o retorno anual da carteira e o retorno de um padrão de rentabilidade definido contratualmente, aplicada ao valor médio da carteira, apurado considerando todas as valorizações da carteira no ano civil.

c) Ativos tangíveis e património artístico

Nos termos da Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos tangíveis utilizados pela Caixagest para o desenvolvimento da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os gastos de reparação,

manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo do período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Equipamentos de transmissão	8 a 10

O património artístico da Sociedade encontra-se registado ao custo de aquisição não sendo objeto de amortização.

d) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado nas atividades desenvolvidas pela Caixagest. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas em gastos numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período entre os 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

e) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

A Caixagest assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores provenientes da ex-Investil complementos de pensões de reforma e sobrevivência. Estes complementos são função do tempo de serviço prestado e do salário pensionável nos últimos dez anos, com um máximo de 85% do mesmo. Adicionalmente, todos os colaboradores da Caixagest, incluindo os provenientes da ex-Investil, estão inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

As responsabilidades com complementos de pensões são registadas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos Empregados”.

O ativo ou passivo refletido em balanço corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por atuários especializados, utilizando o método “Projected Unit Credit” e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 17). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que irão ser pagas as responsabilidades, e com prazos de vencimento similares aos prazos médios de liquidação dessas responsabilidades.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são diferidos numa rubrica de ativo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor atual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior (Notas 9 e 10). Caso os ganhos e perdas atuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano de complemento de pensões.

O custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do fundo, é refletido pelo seu valor líquido na rubrica de “Gastos com o pessoal” (Nota 16).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível

mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o nível de cobertura das responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência correspondia a 111,69% e 95,56%, respetivamente (Nota 17).

f) Impostos

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colativas (IRC) a uma taxa de 25% nos exercícios de 2012 e 2011.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implica que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 no apuramento de impostos fosse de 26,5%.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade esteve sujeita a uma taxa de derrama adicional de 2,5%, aplicável ao montante de lucro tributável que excedesse os 2.000.000 Euros. A partir do exercício de 2012, a Sociedade passou a estar sujeita a uma taxa de derrama adicional de 3%, aplicável ao montante de lucro tributável que exceda os 1.500.000 Euros e de 5%, aplicável ao montante de lucro tributável que exceda os 10.000.000 Euros.

Na sequência da publicação da Lei 55 – A/2010, de 31 de Dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2011, os encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que os mesmos respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com veículos cujo custo de aquisição seja igual ou inferior ao limite legal (montantes fixados pela Portaria n.º 467/2010, de 7 de Julho) são tributadas autonomamente à taxa de 10%. Por outro lado, aos encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição exceda o referido limite fiscal será aplicada uma taxa de tributação de 20%. No que respeita às despesas de representação, as mesmas são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

Adicionalmente, a referida Lei do Orçamento do Estado para 2011, veio introduzir um agravamento das taxas anteriormente referidas (bem como de todas as taxas de tributação autónoma) para os sujeitos passivos que apresentem prejuízos fiscais no período de tributação a que respeitam os respetivos encargos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou dos prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício na medida em que as transações que os originaram sejam refletidas igualmente nos resultados do exercício. Quando as transações que originam os impostos diferidos são registadas diretamente em capitais próprios (reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda), estes são igualmente refletidos em capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

g) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário.

As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos no início do prazo da locação pelo seu justo valor, no ativo e no passivo, respetivamente. As amortizações são registadas nos termos previstos na Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, sendo as rendas relativas a contratos de locação financeira desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como gastos financeiros.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos numa base linear durante o período da locação.

h) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

i) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

j) Ativos sob gestão

As políticas contabilísticas associadas aos ativos sob gestão, são como seguem:

- i) As compras de títulos e de direitos de subscrição são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição, com exceção das compras de títulos e direitos de subscrição em mercados estrangeiros, as quais apenas são registadas no dia útil seguinte.
- ii) Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:
 - i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e catadas através da *Reuters* e da *Bloomberg*;
 - ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, será considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações;
 - iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade utiliza o “bid” do contribuidor “CBBT” divulgado pela Bloomberg. Na sua falta, a Sociedade definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg; neste processo, em cada data de valorização é selecionada a média das ofertas de compra “bid” divulgadas pelos contribuidores de entre a poule de contribuidores pré-selecionados, excluindo as ofertas que se afastam do preço médio em mais de um desvio padrão;
 - iv) Na impossibilidade de aplicação do referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a outros contribuidores externos, privilegiando sempre aqueles que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;

- v) Caso não seja possível aplicar o referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a modelos de avaliação internos ou elaborados por entidade independente e especializada;
 - vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflita as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões;
 - vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado terá em conta o preço considerado mais representativo, em função designadamente da quantidade, frequência e regularidade das transações; e
 - viii) Os outros valores representativos de dívida, incluindo papel comercial, certificados de depósito e depósitos bancários emitidos por prazos inferiores a um ano, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- k) Sistema de Indemnização aos Investidores

Este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. O montante das contribuições para o Sistema de Indemnização aos Investidores não desembolsadas encontra-se registado em rubricas “Extrapatrimoniais” como um compromisso irrevogável de desembolso obrigatório em qualquer momento quando solicitado.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas supra descritas, é necessária a realização de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade correspondem à seleção dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego dos trabalhadores, na determinação dos impostos sobre lucros e no desfecho dos processos legais intentados contra a Sociedade (Nota 25).

As responsabilidades com benefícios pós-emprego dos trabalhadores são estimadas utilizando pressupostos atuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efetuadas.

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O desfecho dos processos legais interpostos contra a Sociedade foi estimado tendo por base a opinião dos seus advogados, a qual no entanto é suscetível de ser questionada.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos à ordem expressos em Euros, domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A., os quais eram remunerados às taxas anuais brutas de 1,01% e 0,82%, respetivamente (Nota 21).

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 8)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Títulos de dívida pública:									
. OT 4,375% 06/2014	50.000	100,32%	101,23%	50.160	(387)	839	50.612	1.187	51.799
					</				

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o prémio na aquisição dos títulos reconhecido na demonstração dos resultados ascendeu a um rendimento e a um gasto de 160 Euros e 142 Euros, respetivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a obrigações do tesouro aceites pelo Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) como sendo passíveis de serem dados em penhor no âmbito da atividade de gestão de carteiras. O penhor das obrigações é refletido em rubricas "Extrapatrimoniais". Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros, conforme regras determinadas pelo próprio SII.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Depósitos a prazo	21.500.000	19.000.000
Juros a receber	30.315	24.542
	-----	-----
	21.530.315	19.024.542
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo encontravam-se domiciliados na CGD e venciam juros à taxa anual bruta de 2,84% e 3,1%, respetivamente. Nas mesmas datas, os depósitos a prazo apresentavam vencimento em Maio e Junho de 2013 e no primeiro trimestre de 2012, respetivamente (Nota 21).

7. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis e intangíveis foi o seguinte:

2012					
	Saldos em 31.12.11		Adições	Amortizações do exercício	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
Activos tangíveis:					
Mobiliário e material	363.958	(298.999)	957	(17.809)	48.107
Equipamento informático	1.273	(960)	68.278	(4.026)	64.565
Máquinas e ferramentas	20.258	(19.262)	-	(343)	653
Equipamento de transmissão	310.945	(253.127)	-	(11.379)	46.439
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-
Outros	160	(160)	-	-	-
Activos tangíveis em locação financeira					
. Equipamento	35.995	(30.388)	-	(4.202)	1.405
	<u>733.781</u>	<u>(604.088)</u>	<u>69.235</u>	<u>(37.759)</u>	<u>161.169</u>
Activos intangíveis:					
Software	1.855.401	(1.160.488)	65.577	(327.954)	432.536
	<u>2.589.182</u>	<u>(1.764.576)</u>	<u>134.812</u>	<u>(365.713)</u>	<u>593.705</u>

2011							
	Saldos em 31.12.10		Adições	Abates líquidos	Outros	Amortizações do exercício	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Activos tangíveis:							
Mobiliário e material	380.038	(296.383)	634	(86)	-	(19.244)	64.959
Equipamento informático	570	(305)	703	-	-	(655)	313
Máquinas e ferramentas	20.259	(18.861)	-	-	(1)	(401)	996
Equipamento de transmissão	310.945	(241.618)	-	-	-	(11.509)	57.818
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-	-	-
Outros	160	(160)	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em locação financeira							
. Equipamento	34.831	(21.443)	1.164	-	-	(8.945)	5.607
	<u>747.995</u>	<u>(579.962)</u>	<u>2.501</u>	<u>(86)</u>	<u>(1)</u>	<u>(40.754)</u>	<u>129.693</u>
Activos intangíveis:							
Software	1.677.090	(915.275)	178.312	-	(1)	(245.213)	694.913
	<u>2.425.085</u>	<u>(1.495.237)</u>	<u>180.813</u>	<u>(86)</u>	<u>(2)</u>	<u>(285.967)</u>	<u>824.606</u>

As adições de ativos intangíveis ocorridas durante os exercícios de 2012 e 2011 incluem os montantes de, aproximadamente, 65.000 Euros e 149.000 Euros, respetivamente, associados ao projeto de integração "Charles River", o qual corresponde a uma aplicação informática de Front-office de investimentos.

Os saldos relacionados com contratos de locação financeira refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos tangíveis – Equipamento:		
. Valor bruto	35.995	35.995
. Amortizações acumuladas	(34.590)	(30.388)
	-----	-----
	1.405	5.607
	=====	=====
Outros passivos (Nota 10):		
. Até um ano	13.163	18.301
	=====	=====

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto corrente, relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, pode ser demonstrada como se segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		3.858.613		1.507.672
Imposto apurado com base na taxa de imposto normal	26,50%	1.022.532	26,50%	399.533
Derrama estadual	2,11%	81.580	0,00%	-
Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	-0,28%	(10.796)	-0,84%	(12.595)
Tributação autónoma	1,25%	48.047	1,38%	20.732
Outros (líquido)	2,76%	106.405	-0,12%	(1.763)
Imposto corrente do exercício	<u>32,34%</u>	<u>1.247.768</u>	<u>26,92%</u>	<u>405.907</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica da demonstração dos resultados "Impostos correntes" encontra-se acrescida da insuficiência e deduzida do excesso de estimativa de imposto dos exercícios de 2011 e 2010 nos montantes de 16.285 Euros e 6.755 Euros, respetivamente.

Os ativos e passivos por impostos correntes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são como seguem:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativos / (Passivos) por impostos correntes:		
. Estimativa de imposto corrente do exercício	(1.247.768)	(405.907)
. Pagamentos por conta	327.705	298.301
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento a receber / (pagar)	(920.063)	(107.606)
	=====	=====

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2009 a 2012 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Os ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 decorrem do registo ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e foram apurados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativos / (Passivos) por impostos diferidos:		
. Reserva de justo valor positiva / (negativa) (Nota 5)	839	(11.721)
. Taxa de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----
	(222)	3.106
	=====	=====

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Comissões de gestão discricionária de carteiras	5.132.944	2.672.395
Comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários	4.639.992	3.817.877
Comissões de aconselhamento:		
· Instituto de Seguros de Portugal	7.500	-
· Outros	4.477	20.714
Despesas com encargos diferidos:		
· Seguros	131.265	132.132
· Comissões de comercialização	57.871	196.066
· Despesas com informações	30.095	100.098
· Despesas informáticas	29.219	28.259
Restituição de imposto retido	201.514	1.299.422
IVA a recuperar	55.323	150.489
Património artístico	45.049	45.049
CGD – DGR	22.525	214.564
(Insuficiência)/ Excesso de cobertura do fundo de pensões (Nota 17)	-	(26.433)
Outros	106.559	157.167
	-----	-----
	10.464.333	8.807.799
	=====	=====

A rubrica “Comissões de gestão discricionária de carteiras” corresponde às comissões debitadas pela Sociedade relativamente à atividade de gestão discricionária de carteiras. Adicionalmente, o aumento verificado nesta rubrica em 2012 resultou, essencialmente, da valorização das carteiras geridas pela Sociedade, da angariação de novas carteiras sob gestão e pelo fato de em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica incluir uma correção às comissões de um cliente no montante de, aproximadamente, 735.000 Euros (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Despesas com encargos diferidos - Comissões de comercialização” inclui as comissões de comercialização dos Fundos Fechados constituídos até 31 de Dezembro de 2004. Adicionalmente, esta rubrica inclui para alguns Fundos Especiais de Investimento comercializados no exercício de 2008, no âmbito da campanha “Caixa Poupa & Ganha”, as comissões de comercialização debitadas pela CGD (Nota 2.2.b)).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Restituição de imposto retido” corresponde ao montante de IRC que foi devolvido pela Sociedade a entidades isentas de retenção, as quais procederam ao resgate de unidades de participação de fundos geridos pela Caixagest. Este montante será regularizado através da compensação que a Sociedade irá efetuar até ao final do mês de Abril do ano seguinte, aquando do pagamento por conta dos Fundos do imposto relativo aos rendimentos por estes obtidos fora do território português.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “CGD – DGR” corresponde à faturação à CGD pela utilização dos terminais da *Reuters* e *Bloomberg* durante o exercício de 2012 e durante o período compreendido entre Setembro de 2010 e Dezembro de 2011, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Outros” inclui 37.946 Euros e 53.689 Euros, respetivamente, relativos à cedência de pessoal à CGD, à Fundger e à Sogrupa SI, bem como 61.521 Euros e 67.635 Euros, respetivamente, relativos à concessão de empréstimos a empregados da Sociedade.

10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Encargos com férias e subsídio de férias	282.615	670.661
Prémios a pagar relativos ao exercício de 2011	11.350	50.000
Outros encargos a pagar:		
. Seguros	57.328	-
. WestLB Asset Management	53.466	61.145
. Dresdner	43.958	44.333
. Bloomberg	23.688	18.949
. CDC Gestion – EUA	17.258	37.671
. Auditoria e Certificação Legal das Contas	-	45.391
. Outras	463.135	21.053
Desvios atuariais:		
. Fora do corredor (Nota 17)	108.463	6.076
. Dentro do corredor (Nota 17)	86.050	76.864
Insuficiência / (Excesso) de cobertura do fundo de pensões (Nota 17)	(90.078)	-
Fornecedores de ativos tangíveis em locação financeira (Notas 7 e 21)	13.163	18.301
Outros fornecedores	996.878	488.307
Credores diversos:		
. Comissão de comercialização a pagar à CGD (Nota 2.2. b))	1.570.266	1.569.520
. Comissão de depósito a pagar	948.088	775.465
Outras exigibilidades:		
. Segurança social	70.850	73.878
. Retenção de impostos	49.113	63.650
. IVA a pagar	30.151	-
. Contribuições para o Fundo de Pensões (Nota 17)	10.500	-
. Outras	385	29.286
	-----	-----
	4.746.627	4.050.550
	=====	=====

A diminuição ocorrida em 2012 nas rubricas “Encargos com férias e subsídio de férias” e “Prémios a pagar relativos ao exercício de 2011” está relacionada com a aplicação das políticas de contenção salarial emanadas pelo acionista indireto da Sociedade (Estado Português).

Os montantes a pagar às entidades designadas por “WestLB Asset Management”, “Dresdner” e “CDC Gestion – EUA”, estão relacionados com os serviços de acompanhamento/gestão que estas entidades prestam à Sociedade, nomeadamente nos fundos de investimento que detêm uma carteira de títulos de empresas de mercados emergentes, asiáticas e norte americanas, respetivamente (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Outros fornecedores” inclui um montante de 868.864 Euros e 222.514 Euros, respetivamente, a pagar à CGD, o qual engloba a comissão de comercialização do produto “Poupa & Ganha” e outros serviços prestados. Em 31 de Dezembro de 2011, incluía ainda 55.228 Euros relativos à indemnização a pagar ao Sistema de Indemnização aos Investidores (Nota 15), no âmbito do processo do Banco Privado Português, S.A., a qual foi liquidada durante o mês de Janeiro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Comissão de depósito a pagar” corresponde à comissão a pagar aos bancos depositários relativamente ao segundo semestre de 2012 e 2011, respetivamente, sendo que, a CGD atua como banco depositário da maioria das carteiras sob gestão discricionária de patrimónios da Sociedade.

11. CAPITAL SUBSCRITO E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1.860.000 ações com um valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas integralmente pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A..

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para efeitos de distribuição de dividendos nem para aquisição de ações próprias.

12. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outras reservas:		
· Reserva legal	9.300.000	9.300.000
· Reservas livres	6.763.096	6.763.096
· Outras reservas	496.709	496.709
	-----	-----
	16.559.805	16.559.805
	=====	=====
Reserva de justo valor	617	(8.615)
Resultado líquido do exercício	2.594.560	1.108.520

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Dividendos

Nas reuniões de Assembleia Geral realizadas nos dias 30 de Março de 2012 e 29 de Abril de 2011, foi deliberada a distribuição de dividendos nos montantes de 1.108.520 Euros e 1.052.851 Euros, respetivamente.

13. JUROS E RENDIMENTOS/ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito (Nota 21)	566.757	534.608
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 21)	4.186	24.052
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	2.191	1.992
Outros juros e rendimentos similares	534	376
	-----	-----
	573.668	561.028
	=====	=====
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de ativos tangíveis em regime de locação financeira (Nota 21)	273	350
	===	===

14. RENDIMENTOS/ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

Rendimentos

	2012	2011
<u>Comissão de gestão</u>		
Caixa Fundo Monetário	1.526.213	993.590
Caixagest Acções EUA	1.243.307	1.104.825
Caixagest Activos Curto Prazo	1.023.286	1.375.426
Caixagest Obrigações Mais Mensal	958.621	938.779
Caixagest Imobiliário Internacional	724.035	737.196
Caixagest Acções Emergentes	612.955	831.037
Caixagest Acções Europa	550.306	635.670
Caixagest Acções Portugal	482.005	709.417
Caixagest Acções Oriente	420.467	548.943
Caixagest Private Equity	356.838	341.572
Caixa Fundo Rendimento Fixo VI	331.261	361.800
Caixagest Estratégias Alternativas	323.467	388.058
Caixagest Energias Renováveis	322.778	398.880
Caixagest Oportunidades	314.168	218.453
Caixa Fundo Rendimento Fixo V	295.050	314.598
Caixagest Infraestruturas	250.390	281.286
Caixagest Acções Japão	247.156	250.665
Caixa Fundo Rendimento Fixo II	230.631	230.001
Caixagest Matérias Primas	228.571	328.110
Caixa Fundo Rendimento Fixo IV	225.249	238.100
Caixa Fundo Rendimento Fixo I	209.913	230.001
Caixagest Obrigações Longo Prazo	201.596	246.105
Caixagest Liquidez	193.836	60.129
Caixa Fundo Rendimento Fixo III	190.305	196.851
Caixagest Estratégia Dinâmica	170.182	181.227
Caixagest PPA	163.486	303.689
Caixagest Rendimento Fixo 2015	149.589	113.014
Caixagest Maximizer Plus	138.077	137.700
Caixagest Obrigações Mais	117.773	235.922
Caixagest Global Markets	108.218	112.790
Caixagest Premium Plus	81.223	81.001
Caixagest Super Premium	78.514	78.300
Caixagest Estratégia Arrojada	69.710	87.746
Caixagest Estratégia Equilibrada	68.603	90.841
Caixagest Super Memory	65.484	68.308
Caixagest Valor Bric 2015	60.540	50.615
Caixagest Super Premium II	43.048	42.931
Caixagest Rendimento Corporate 2014 II	41.425	-
Caixagest Índices Mundiais	37.609	39.600
Postal Acções	26.834	31.057
Caixagest Rendimento Corporate 2014	22.500	3.699
Caixa Fundo Capitalização	14.700	111.680
Postal Capitalização	14.358	16.426
Caixagest Mix Emergentes	13.039	13.700
Caixagest Rendimento Nacional	12.601	21.999
Caixagest Selecção Especial	10.997	36.099
Caixagest Valor Premium	6.481	9.001
Caixagest Rendimento Oriente	5.504	6.001
Postal Tesouraria	4.016	5.135
Caixagest Multi-Activos 2011	-	263.342
Caixagest Rendimento	-	70.405
Caixagest Curto Prazo	-	49.004
Caixagest Moeda	-	39.931
Caixagest Memories	-	21.475
Caixagest Rendimento Crescente 2011	-	16.124
Caixagest Valor Plus	-	6.524
Caixagest Valor Duplo	-	6.350
Caixagest Maxi Selecção	-	2.070
Caixagest Sprinter II	-	2.014
Caixa Selecção Emergentes	-	7
	<u>12.986.915</u>	<u>14.315.219</u>
<u>Comissão de performance</u>		
Caixa Fundo Monetário	508.737	324.888
Caixagest Obrigações Mais	267.681	-
Caixagest Liquidez	64.612	20.043
Caixagest Activos Curto Prazo	22.653	-
	<u>13.850.598</u>	<u>14.660.150</u>
Comissão de gestão discricionária	7.173.925	5.081.045
Comissão de aconselhamento discricionário de carteiras	411.020	375.123
Comissões de performance	172.171	30.969
	<u>7.757.116</u>	<u>5.487.137</u>
	<u>21.607.714</u>	<u>20.147.287</u>

Gastos

	2012	2011
Comissão de comercialização		
. Caixa Geral de Depósitos	8.445.224	8.890.586
. CTT - Correios de Portugal	18.890	22.121
. Outros	1.087	1.352
	<u>8.465.201</u>	<u>8.914.059</u>
Comissões por operações realizadas por terceiros	1.707.799	1.613.118
Comissões de acompanhamento/gestão (Nota 10)	594.500	661.217
Taxa de supervisão:		
. Carteiras de patrimónios sob gestão	240.000	240.000
. Outros	355.734	406.837
Outras	6.894	7.027
	<u>2.904.927</u>	<u>2.928.199</u>
	<u>11.370.128</u>	<u>11.842.258</u>

Durante o exercício de 2011, a Sociedade, em conjunto com a CGD e com algumas das entidades seguradoras que integram o Grupo CGD, decidiram proceder a correções nas comissões de gestão discricionária de carteiras a receber de entidades seguradoras e nas comissões de comercialização e de depósito a pagar à CGD relativas ao exercício de 2010. Como consequência daquelas correções, a Sociedade registou na demonstração dos resultados do exercício de 2011 uma diminuição de proveitos (comissões de gestão discricionária) e uma diminuição de gastos (comissões de comercialização e de depositário) de, aproximadamente, 735.000 Euros e 517.000 Euros, respetivamente. Desta forma, a comparabilidade das demonstrações financeiras anexas encontra-se influenciada pelas correções acima descritas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade não procedeu ao registo da comissão de gestão de performance a receber do Fundo Caixagest – Private Equity no montante de, aproximadamente, 781.000 Euros e 752.000 Euros, respetivamente. No exercício de 2012, aquele Fundo não atingiu os requisitos para apuramento de comissão de gestão de performance. De acordo com deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, aquela comissão de performance só será exigida quando o valor da unidade de participação do Fundo atingir um nível de rentabilidade positivo (valor da unidade de participação superior a 5 Euros).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” corresponde, essencialmente, à comissão cobrada pela CGD como banco depositário das carteiras de patrimónios sob gestão da Sociedade.

15. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição (débitos/(créditos)):

	2012	2011
Rendas de locação operacional:		
. Equipamento de transporte	174.501	160.980
. Equipamento informático	7.300	23.504
. Outro equipamento informático	19.921	58.124
Quotizações e donativos	53.433	89.921
Contribuição para o Sistema de Indemnização aos Investidores (Nota 10)	2.500	55.228
Ganhos atuariais reconhecidos acima do corredor (Nota 17)	(6.779)	(380)
Anulação de encargos com férias e subsídio de férias	(260.320)	-
Outros	423.222	(20.563)
	-----	-----
	413.778	366.814
	=====	=====

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Anulação de encargos com férias e subsídio de férias” respeita à anulação do excesso de provisão constituída em 2011 para encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2012, no seguimento das políticas de contenção salarial emanadas pelo acionista indireto da Sociedade (Estado Português).

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e vencimentos:		
· Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 21)	428.416	441.392
· Remunerações dos empregados	2.636.590	2.894.668
	-----	-----
	3.065.006	3.336.060
Encargos sociais obrigatórios	582.112	701.874
Encargos sociais facultativos	186.139	111.636
Prémios a pagar	-	(143.819)
Custos com pensões de reforma e sobrevivência (Nota 17):		
· Plano de benefícios definidos	43.841	42.021
· Plano de contribuição definida	39.447	45.426
Cedências de pessoal	(257.372)	(375.636)
Outros custos com o pessoal	2.167	4.316
	-----	-----
	3.661.340	3.721.877
	=====	=====

A diminuição ocorrida no exercício de 2012 na rubrica de “Gastos com o pessoal” está relacionada com a redução do número de trabalhadores no exercício de 2012 e com a aplicação das políticas de contenção salarial emanadas pelo acionista indireto da Sociedade (Estado Português).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Prémios a pagar” incluía o montante de 204.349 Euros referente à anulação da estimativa de prémios a pagar constituída no exercício de 2010, no seguimento das políticas de contenção salarial emanadas pelo acionista indireto da Sociedade (Estado Português).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade era de 66 e 70, respetivamente. Este número não inclui os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Gastos gerais administrativos” (Nota 18).

17. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Conforme indicado em maior detalhe na Nota 2.2. e), a Caixagest assumiu o compromisso de atribuir complementos de pensões de reforma e sobrevivência aos seus colaboradores provenientes da ex-Investil.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, existe um reformado.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi efetuado um estudo atuarial pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., considerando os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de crescimento das pensões	1%	1,25%
Taxa de crescimento salarial futura	2%	2%
Indexante de Apoios Sociais – Decreto-Lei nº 187/07	419,22	419,22
Taxa Técnica Atuarial (desconto)	4,50%	5,50%
Taxa de revalorização dos salários para a Segurança Social		
· Decreto-Lei nº 35/02	2%	2%
· Decreto-Lei nº 329/93	2%	2%

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Pressupostos demográficos:</u>		
Tábua de mortalidade:		
. Homens	TV 73/77	TV 73/77
. Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Idade de reforma antecipada	55	55
Idade de reforma	65	65
Método atuarial	Projated Unit Credit	

Caraterização da população:Ativos

Nº de participantes com reforma aos 65 anos	2	2
Nº de participantes com reforma aos 55 anos (Decreto-Lei nº 9/99)	8	8
Idade média (anos)	48	46
Antiguidade média (anos)	20	18
Salário médio anual (Euros)	43.674	43.358
Folha anual de salários (Euros)	436.744	433.581

Beneficiários

Número de pessoas	1	1
Idade média (anos)	62	61
Pensão média anual (Euros)	960	960
Pensões totais anuais (Euros)	12.479	12.479

Adicionalmente, foram ainda considerados os seguintes pressupostos:

- (i) Consideraram-se as regras de flexibilização da idade de reforma conforme o Decreto-Lei nº 187/2007;
- (ii) No cálculo da pensão da Segurança Social, tomou-se como crescimento salarial para a carreira contributiva passada o Índice de Preços do Consumidor sem habitação, acrescido de meio ponto percentual, por não se encontrar disponível informação sobre os salários referentes a esse período;
- (iii) Para efeito da revalorização de salários futuros, utilizados no cálculo das remunerações de referência, estimou-se o Índice de Preços do Consumidor sem habitação em 2%;
- (iv) Assumiu-se que em 2012 20% dos participantes com direito à reforma antecipada reformar-se-ão aos 55 anos e os restantes 80% aos 65 anos (em 2011, 30% dos participantes com direito à reforma antecipada reformar-se-iam aos 55 anos e os restantes 70% aos 65 anos);
- (v) Para o cálculo das pensões de sobrevivência diferida, foi assumido que 80% dos participantes são casados, sendo os cônjuges três anos mais novos; e
- (vi) Foi estabelecido que a pensão de orfandade seria atribuída aos filhos até aos 24 anos de idade, se o trabalhador estiver na situação de reforma por velhice à data do falecimento.

As responsabilidades por pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, calculadas de acordo com os pressupostos acima indicados, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Responsabilidades por serviços passados		
do pessoal no ativo:		
. Saldos iniciais	768.639	759.155
. Custo do serviço corrente	32.731	33.192
. Custo do juro	41.968	39.541
. Pagamento de pensões de reforma	(11.184)	(12.002)
. (Ganhos) / Perdas atuariais por desvios entre os pressupostos		
e os valores efetivamente verificados	(36.153)	5.991
. (Ganhos) / Perdas atuariais por alteração de pressupostos	(25.577)	(57.238)
Saldos finais	770.424	768.639
	=====	=====

Valor patrimonial das unidades de participação afetas ao Plano de Pensões “Caixa Reforma Ativa”:

. Saldos iniciais	742.206	763.986
. Contribuição anual	42.000	23.000
. Rendimento esperado dos ativos do Fundo	30.858	30.712
. Pagamento de pensões de reforma	(11.184)	(12.002)
. Ganhos / (Perdas) financeiros	56.622	(63.490)
	-----	-----
Saldos finais	860.502	742.206
	-----	-----
(Insuficiência) / Excesso de cobertura do fundo de pensões (Notas 9 e 10)	(90.078)	(26.433)
	=====	=====
Grau de cobertura do Fundo	111,69%	96,56%
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os ganhos atuariais líquidos deveram-se, essencialmente, ao crescimento salarial abaixo do previsto e aos valores reais verificados para o Índice de Preços do Consumidor (IPC) e para o fator de sustentabilidade.

Para efeitos do apuramento dos ganhos e perdas atuariais reconhecidos e não reconhecidos, os valores obtidos a partir da aplicação do método do corredor são os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
. Ganhos atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior (Nota 10)	82.940	95.563
. Ganhos / (Perdas) atuariais no exercício	61.730	51.247
. Ganhos / (Perdas) financeiros no exercício	56.622	(63.490)
. Perdas / (Ganhos) atuariais reconhecidos acima do corredor (Nota 15)	(6.779)	(380)
	-----	-----
	194.513	82.940
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a média esperada de anos de trabalho dos colaboradores no ativo até à idade de reforma ascendeu, a 17 anos.

Os custos com pensões relativos ao plano de benefícios definidos supra descrito, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, podem ser detalhados como segue (Nota 16):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo do serviço corrente	32.731	33.192
Custo do juro	41.968	39.541
Rendimento esperado dos ativos do Fundo	(30.858)	(30.712)
	-----	-----
	43.841	42.021
	=====	=====

Adicionalmente, em 2002 a Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objetivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores/participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata à data da reforma e com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade (excluindo os provenientes da ex – Investil) que se encontravam em funções à data de celebração do contrato e os ex-colaboradores que tenham completado, em data posterior, um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respetiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da segurança social por velhice.

A remuneração definitiva para o apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma: $2\% \times \text{remuneração mensal} \times 3$

A Sociedade poderá ainda, sempre que o entender, efetuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade reconheceu como custo os seguintes montantes (Nota 16):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contribuição anual:		
. Primeiro a terceiro trimestre	29.094	31.987
. Quarto trimestre	10.353	13.439
	-----	-----
	39.447	45.426
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as contribuições foram investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor, do Fundo Caixa Reforma Ativa e do Fundo Caixa Reforma Prudente, com o seguinte detalhe:

	<u>Número de unidades de participação</u>		<u>Valor de mercado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fundo Caixa Reforma Valor	58.665	57.762	301.996	268.484
Fundo Caixa Reforma Ativa	21.116	21.122	246.129	225.022
Fundo Caixa Reforma Prudente	7.978	1.286	44.884	7.020
	-----	-----	-----	-----
	87.759	80.170	593.009	500.526
	=====	=====	=====	=====

18. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecimentos de terceiros	29.336	32.389
Serviços de terceiros:		
. Rendas e alugueres	286.106	279.638
. Pessoal cedido	390.295	484.077
. Comunicação e despesas de expedição	91.435	91.449
. Deslocações e estadas	37.843	31.808
. Publicidade	34.092	34.166
. Formação de pessoal	10.092	42.729
. Conservação e reparação de equipamento	5.679	3.000
. Seguros	-	486
. Serviços especializados:		
- Informações	790.108	1.023.578
- Informática	567.176	637.375
- Outros	176.510	211.915
. Outros serviços de terceiros	390	149
Comparticipação nos custos do edifício	92.776	110.477
	-----	-----
	2.511.757	2.983.236
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Pessoal cedido” corresponde aos custos com a cedência de pessoal de outras empresas do Grupo CGD que se encontram a colaborar com a Caixagest. A diminuição ocorrida no exercício de 2012 está relacionada com a redução no número de colaboradores cedidos.

A diminuição ocorrida no exercício de 2012 na rubrica “Serviços especializados - Informações” está relacionada com a política do Grupo de contenção de gastos, através da racionalização e otimização destes serviços.

19. ATIVOS GERIDOS

Os Fundos geridos e administrados pela Sociedade consistem em fundos abertos de investimento mobiliário constituídos por prazo indeterminado e por fundos especiais de investimento, uns constituídos por prazo fixo e outros por prazo indeterminado. Os Fundos foram autorizados pelas respetivas Portarias do Ministro das Finanças e por deliberações do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Adicionalmente, conforme referido na Nota Introdutória, a Sociedade administra carteiras pertencentes a terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais dados financeiros relativos aos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade podem ser resumidos como segue:

	2012		2011	
	Total do activo líquido	Capital do Fundo	Número de unidades de participação	Capital do Fundo
Fundos Abertos:				
<i>a) Liquidez e Aforro</i>				
Caixagest Obrigações Mais Mensal	247.611.891	247.381.564	60.784.382	222.944.782
Caixagest Activos Curto Prazo	172.595.942	169.070.291	15.774.849	154.050.558
Caixagest Liquidez	164.470.157	164.320.845	31.492.110	26.464.565
<i>b) Optimização</i>				
Caixagest Estratégia Dinâmica	56.644.408	56.415.551	9.205.681	56.778.985
Caixagest Estratégia Equilibrada	9.468.324	9.434.451	1.550.313	10.288.086
Caixagest Estratégia Arrojada	5.273.088	5.258.769	1.137.895	5.611.440
<i>c) Capitalização</i>				
Caixagest Obrigações Mais	19.519.994	19.112.928	3.410.488	24.788.008
Caixagest Obrigações Longo Prazo	18.575.446	18.415.514	1.788.091	18.228.163
<i>d) Valor Acrescentado</i>				
Caixagest Acções EUA	59.411.830	58.874.391	15.345.400	44.403.920
Caixagest Acções Emergentes	26.749.192	26.621.966	3.322.987	31.327.849
Caixagest Acções Europa	26.715.930	26.536.259	3.632.805	21.299.306
Caixagest Acções Portugal	25.697.239	25.534.842	2.731.259	29.375.235
Caixagest Acções Oriente	21.660.687	21.537.898	3.107.673	21.372.268
Caixagest Acções Japão	14.464.174	13.988.698	6.507.960	11.184.268
Caixagest PPA	6.910.424	6.637.000	753.770	9.971.241
<i>e) Especial de Investimento</i>				
Caixagest Fundo Monetário	677.156.969	676.427.483	124.235.753	323.092.782
Caixagest Imobiliário Internacional	250.554.662	248.353.525	75.826.551	251.173.138
Caixagest Fundo Rendimento Fixo VI	120.643.678	120.575.016	24.000.000	100.685.839
Caixagest Private Equity	117.369.150	113.914.166	24.671.693	99.302.780
Caixagest Fundo Rendimento Fixo	101.808.554	101.574.580	20.000.000	94.478.941
Caixagest Fundo Rendimento Fixo II	101.779.305	101.566.811	20.000.000	93.641.685
Caixagest Fundo Rendimento Fixo IV	86.183.611	86.043.965	17.000.000	76.192.066
Caixagest Infraestruturas	80.805.811	79.679.451	18.518.724	76.630.751
Caixagest Rendimento Nacional	78.667.764	78.480.060	20.000.000	96.585.159
Caixa Rendimento Fixo 2015	77.780.930	77.612.026	15.000.000	56.705.375
Caixagest Fundo Rendimento Fixo V	70.971.935	70.833.300	14.000.000	61.949.730
Caixagest Fundo Rendimento Fixo III	64.607.109	64.444.269	12.700.000	59.021.179
Caixagest Global Markets	59.324.521	58.881.444	11.600.000	45.443.761
Caixagest Maximizer Plus	57.114.791	54.769.542	10.200.000	49.237.066
Caixagest Oportunidades	31.336.206	31.275.097	5.726.913	30.977.768
Caixagest Premium Plus	29.763.524	29.332.436	6.000.000	24.420.678
Caixagest Super Premium	28.383.639	27.974.045	5.800.000	23.317.229
Caixagest Estratégias Alternativas	25.352.578	25.321.266	6.339.111	26.331.885
Caixagest Rendimento Oriente	23.145.697	23.076.516	6.000.000	27.229.448
Caixagest Energias Renováveis	21.746.511	21.654.680	3.908.608	28.527.389
Caixagest Valor BRIC 2015	20.607.188	20.547.769	4.200.000	14.434.568
Caixagest Super Memory	20.022.318	19.992.248	4.000.000	15.080.629
Caixagest Matérias Primas	17.971.651	17.936.646	3.760.393	20.356.468
Caixagest Super Premium II	16.101.971	15.835.192	3.180.000	12.988.983
Caixagest Índices Mundiais	13.796.416	13.784.286	3.000.000	13.482.033
Caixagest Mix Emergentes	9.704.995	9.697.366	2.000.000	6.607.940
Caixagest Rendimento Corporate 2014 II	5.400.726	5.349.252	1.000.000	-
Caixagest Rendimento Corporate 2014	2.842.536	2.833.377	500.000	2.490.223
Caixagest Fundo Capitalização	-	-	-	7.976.067
Caixagest Valor Premium	-	-	-	41.081.884
Caixagest Selecção Especial	-	-	-	18.625.702
<i>f) Fundos Postal</i>				
Postal Capitalização	1.739.611	1.736.967	125.913	1.847.645
Postal Acções	1.479.118	1.470.502	163.773	1.461.640
Postal Tesouraria	471.924	468.177	47.219	582.842
	3.090.404.125	3.070.582.427	624.050.314	2.490.072.582

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade presta serviços de administração e gestão de carteiras a 103 clientes e 120 clientes, respetivamente, sendo o total de ativos geridos detalhados como segue:

	2012	2011
Gestão de carteira da Fidelidade – Mundial	11.793.536.771	9.276.667.176
Fundo especial da Portugal Telecom	2.395.073.834	1.660.379.442
Fundo especial da CGD	1.969.170.047	1.383.176.055
Fundo de Pensões CGD	1.555.470.706	1.435.669.524
Fundo especial da Marconi	388.961.517	334.634.582
Fundo de reserva NAV	188.804.702	133.494.649
Fundo de reserva Pensões Gere	125.034.106	120.902.467
Fundo de reserva ANA	121.496.344	87.498.994
Fundo de reserva BPN	115.103.433	-
Fundo de reserva INCM	105.016.777	74.377.021
Fundo de reserva CGA	84.268.205	61.026.159
Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança	80.473.349	63.561.253
Gestão de carteira da Via Directa	75.384.604	67.605.209
Fundo de Pensões Fidelidade	60.760.808	52.887.347
Gestão de carteira da Cares	55.036.592	48.546.107
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	49.402.894	51.729.820
Fundo de Pensões Caixa Reforma Prudente	47.665.721	40.907.819
Fundo de Pensões Caixa Reforma Activa	42.578.335	44.142.295
Gestão de carteira da Império Bonança (*)	-	1.538.518.659
Fundo de reserva Macau	-	8.402.916
Fundo de reserva BNU	-	1.940.787
Outros clientes	216.958.727	185.279.963
	<u>19.470.197.469</u>	<u>16.671.348.244</u>

(*) Fusão durante o exercício de 2012 na Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.

20. SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES

A Sociedade detém na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” obrigações do tesouro aceites pelo SII passíveis de serem dadas em penhor no âmbito dos ativos sob gestão. Conforme referido na Nota 2. k), este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros (Nota 19), conforme regras determinadas pelo próprio SII.

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais saldos do balanço e os resultados gerados pela Sociedade em transações efetuadas com entidades do Grupo CGD foram os seguintes:

	2012						Total
	CGD	CGD Pensões	Fidelidade Mundial	Império Bonança	Caixa LF	Outras entidades Grupo CGD	
Activo:							
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	1.676.613	-	-	-	-	-	1.676.613
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	21.530.315	-	-	-	-	-	21.530.315
Outros activos (Nota 9):	2.004.562	93.000	555.784	-	-	30.314	2.683.660
	<u>25.211.490</u>	<u>93.000</u>	<u>555.784</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.314</u>	<u>25.890.588</u>
Passivo:							
Outros passivos (Nota 10)	3.387.218	-	73.294	-	13.163	10.332	3.484.007
	<u>3.387.218</u>	<u>-</u>	<u>73.294</u>	<u>-</u>	<u>13.163</u>	<u>10.332</u>	<u>3.484.007</u>
Gastos e perdas:							
Juros e encargos similares (Nota 13)	-	-	-	-	273	-	273
Comissões (Nota 14)	10.152.350	-	-	-	-	-	10.152.350
Gastos gerais administrativos (Nota 18)	624.404	-	28.111	10.436	-	74.184	737.135
Outros resultados de exploração (Nota 15)	4.714	-	-	-	-	-	4.714
Rendimentos e ganhos:							
Juros e rendimentos similares (Nota 13)	(570.943)	-	-	-	-	-	(570.943)
Comissões (Nota 14)	-	(457.326)	(1.957.591)	(60.184)	-	(19.921)	(2.495.022)
	<u>10.210.525</u>	<u>(457.326)</u>	<u>(1.929.480)</u>	<u>(49.748)</u>	<u>273</u>	<u>54.263</u>	<u>7.828.507</u>

	2011						Total
	CGD	CGD Pensões	Fidelidade-Mundial	Império Bonança	Caixa LF	Outras entidades Grupo CGD	
Activo:							
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	2.613.609	-	-	-	-	-	2.613.609
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	19.024.542	-	-	-	-	-	19.024.542
Outros activos (Nota 9):	1.610.349	95.142	(477.169)	(67.438)	-	43.978	1.204.862
	<u>23.248.500</u>	<u>95.142</u>	<u>(477.169)</u>	<u>(67.438)</u>	<u>-</u>	<u>43.978</u>	<u>22.843.013</u>
Passivo:							
Outros passivos (Nota 10)	2.567.499	8.767	-	-	18.301	11.147	2.605.714
	<u>2.567.499</u>	<u>8.767</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.301</u>	<u>11.147</u>	<u>2.605.714</u>
Gastos e perdas:							
Juros e encargos similares (Nota 13)	-	-	-	-	350	-	350
Comissões (Nota 14)	10.503.020	-	-	-	-	-	10.503.020
Gastos gerais administrativos (Nota 18)	679.230	69.579	-	44.377	-	84.460	877.646
Outros resultados de exploração (Nota 15)	11.090	-	-	-	-	-	11.090
Rendimentos e ganhos:							
Juros e rendimentos similares (Nota 13)	(558.660)	-	-	-	-	-	(558.660)
Comissões (Nota 14)	-	(397.348)	(1.138.348)	(169.523)	-	(16.587)	(1.721.806)
	<u>10.634.680</u>	<u>(327.769)</u>	<u>(1.138.348)</u>	<u>(125.146)</u>	<u>350</u>	<u>67.873</u>	<u>9.111.640</u>

Órgãos de gestão

As remunerações atribuídas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 aos órgãos de administração ascenderam a 428.416 Euros e 441.392 Euros, respetivamente (Nota 16).

22. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

23. CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras da Sociedade são incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa.

24. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROSJusto valor

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Conselho de Administração da Sociedade entende que o justo valor dos instrumentos financeiros ativos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu justo valor.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a disponibilidades e aplicações na CGD, obrigações do tesouro, bem como a comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários que gere.

Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em aplicações financeiras domiciliadas na CGD e em obrigações do tesouro. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade não tinha contraído financiamentos.

25. CONTINGÊNCIAS

A Sociedade foi alvo, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, de um processo de natureza legal, relativo à prática de infrações ao Código dos Valores Mobiliários, que, se decidido desfavoravelmente, pode resultar em responsabilidades que se situam entre os 25.000 Euros e os 2.500.000 Euros por cada infração cometida. No entanto, de acordo com o teor do processo acima referido, embora as infrações cometidas se encontrem devidamente circunscritas, as mesmas não se encontram quantificadas. O Conselho de Administração da Sociedade discorda do teor de tal processo, tendo procedido à impugnação judicial do mesmo. Aquela impugnação encontra-se em curso à data atual sendo o seu desfecho incerto.

Por outro lado, a Sociedade foi alvo, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, de um outro processo de natureza legal, relativo à prática de infrações ao Código dos Valores Mobiliários, cuja decisão foi tomada durante o mês de Março de 2013. No âmbito da decisão proferida pela CMVM, a Sociedade foi condenada a uma coima de 150.000 Euros, dos quais 75.000 Euros ficaram suspensos parcialmente de execução durante um prazo de 2 anos. No entanto, por não concordar com o teor daquela decisão, o Conselho de Administração da Sociedade irá proceder à impugnação judicial da mesma, pelo que a suspensão parcial de execução da coima acima referida extingue-se. Desta forma, o desfecho deste processo é igualmente incerto.

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais incorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, com a Deloitte & Associados, SROC, S.A., detalham-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
. Auditoria às demonstrações financeiras anuais	20.200	20.700
. Outros serviços de garantia de fiabilidade	20.000	22.500
	-----	-----
	40.200	43.200
	=====	=====

RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A Caixagest, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas na resolução do conselho de ministros nº 49/2007, conforme se descreve no presente Relatório sobre o Governo da Sociedade.

ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da catação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projeto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e catação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

Missão, Objetivos e Políticas

A missão da Sociedade é ser reconhecida pelos clientes (internos e externos), como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços e produtos para a reforma. Tendo por base esta missão, o objetivo é a concretização das aspirações financeiras dos clientes, proporcionando-lhes *performance* de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo. Para tal a Sociedade tenta catar as melhores pessoas no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores os meios e ferramentas que permitam a excelência nas suas funções. A Sociedade e os seus colaboradores desenvolvem a sua atividade e funções no respeito por elevados princípios éticos e deontológicos, orientando a sua prática pelos valores definidos no Código de Conduta, documento que consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob orientações advogadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD).

A estratégia só terá sucesso se as atividades da empresa forem desenvolvidas em estreita cooperação com a CGD, que acumula papéis de acionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos da Sociedade.

Os objetivos estratégicos da Sociedade assentam grande parte do seu esforço na:

- Dinamização da oferta dos seus produtos e serviços, ajustando-a às necessidades dos clientes e à conjuntura registada nos mercados financeiros;
- Adequação das propostas de valor na gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços apresentados aos seus clientes;

- Dotação de ferramentas de informação e tecnologia, de gestão e controlo do risco necessárias na execução da atividade.

Com estes objetivos a Sociedade pretende manter a liderança, em montante sob gestão em fundos de investimento, para tal tem reformulado a sua oferta, procurando também desta forma concretizar as aspirações financeiras dos clientes. No entanto, a envolvente mantém-se adversa: a deterioração do enquadramento macroeconómico em Portugal, o comportamento volátil dos mercados de capitais, o aumento da concorrência no setor, o recurso ao cross-selling por parte dos concorrentes e dentro dos canais de comercialização utilizados pela sociedade gestora e as alterações no enquadramento regulamentar dos fundos de investimento, dificultam a concretização dos objetivos definidos e atrasam a implementação da visão estratégica da Sociedade nos próximos anos.

Plano de Atividades

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade, produzido internamente pela Área de Auditoria Interna e Controlo de Gestão da Caixa - Gestão de Ativos SGPS e pela Direção de Controlo e Planeamento da Caixa Geral de Depósitos.

Anualmente, o Relatório e Contas apresenta uma avaliação da atividade desenvolvida pela sociedade.

PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

Toda a atividade da Sociedade é norteadada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respetivo.

Neste contexto, a Sociedade adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

Regulamentos Internos e Externos

A atividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais e às consagradas nos seus Estatutos.

A sociedade está igualmente sujeita aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo DL n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, na sua atual redação, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, na sua atual redação e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua atividade de gestão de fundos mobiliários, é de realçar ainda o Decreto-lei n.º 71/2010, de 18 de Junho que institui o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo.

Destaca-se, também, a aplicação à sociedade da lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, e do Regulamento EU n.º 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Código de Conduta

A sociedade dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, atuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às atividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

Todas as operações de aquisição ou alienação de valores mobiliários efetuadas pelos colaboradores são alvo de restrições impostas por este Código e, mensalmente, todos os colaboradores comunicam por escrito as operações realizadas por conta própria.

Normas de Natureza Fiscal

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direção Administrativa e Financeira assegura o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

Normas de prevenção de branqueamento de capitais

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade atua em estrita colaboração com a CGD, já que os ativos por si geridos são comercializados e depositados nessa instituição financeira.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para deteção de situações suscetíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrupção é crime subjacente.

Não obstante este fato, a Sociedade tem presente todos os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e pela regulamentação em vigor nesta matéria. A formação dos colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo constitui um aspeto crucial em toda a temática da prevenção.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respetiva comunicação às autoridades competentes é a Direção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da CGD.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas de relacionamento do crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

Normas de concorrência e de proteção do consumidor

As práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de atuação que não põem em causa as linhas de ação da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

O processo de criação, aprovação e lançamento de Produtos e Serviços obedece a procedimentos que procuram acautelar o cumprimento da legislação vigente e da estratégia de negócio e a satisfação das necessidades dos Clientes.

Normas de natureza ambiental

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua atividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vetores de atuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela ação interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela atuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vetores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando ações que ambicionam diminuir o impacto ambiental decorrente quer dos seus impactos diretos, quer dos indiretos.

Normas de índole laboral

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Coletivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e às diversas Ordens de Serviço. A sociedade mantém disponível um domínio na intranet onde podem ser consultadas as Ordens de Serviço em vigor.

Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

O efetivo da Caixagest apresentou em 2012 uma distribuição equitativa por sexos (50% feminino e 50% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Adequação das colocações às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores;
- Apoio nas colónias de férias para os filhos dos colaboradores.

Valorização profissional dos colaboradores

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2012, a Caixagest registou, 11 participações em ações de formação específicas para a atividade

de negócio, 37 participações em cursos de informática e 50 presenças em conferências e seminários no país e no estrangeiro.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, também podem requerer a comparticipação nos custos de formação. Neste âmbito, em 2012 foram apoiados 3 colaboradores na frequência de mestrados, pós-graduações e cursos de alta especialização.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade oferece aos seus colaboradores condições especiais para a aquisição de equipamento informático pessoal.

TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Transações relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transações com empresas do Grupo destaca-se como sendo a mais relevante, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com a CGD:

<i>Valores em milhares de euros</i>	
Ativos	
– Disponibilidades em instituições de crédito	1.677
– Aplicações em instituições de crédito	21.530
Proveitos	
– Juros e rendimentos similares	571
Custos	
– Comissões	10.173

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por produto;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – de forma escrita com troca de correspondência ou contrato formal.
- Utilização sempre que possível, da plataforma eletrónica de compras do grupo CGD.

Universo de transações que não tenha ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Seguros: com a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA;
- Locação operacional de viaturas: com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em 2012 foram os seguintes: CGD (79%).

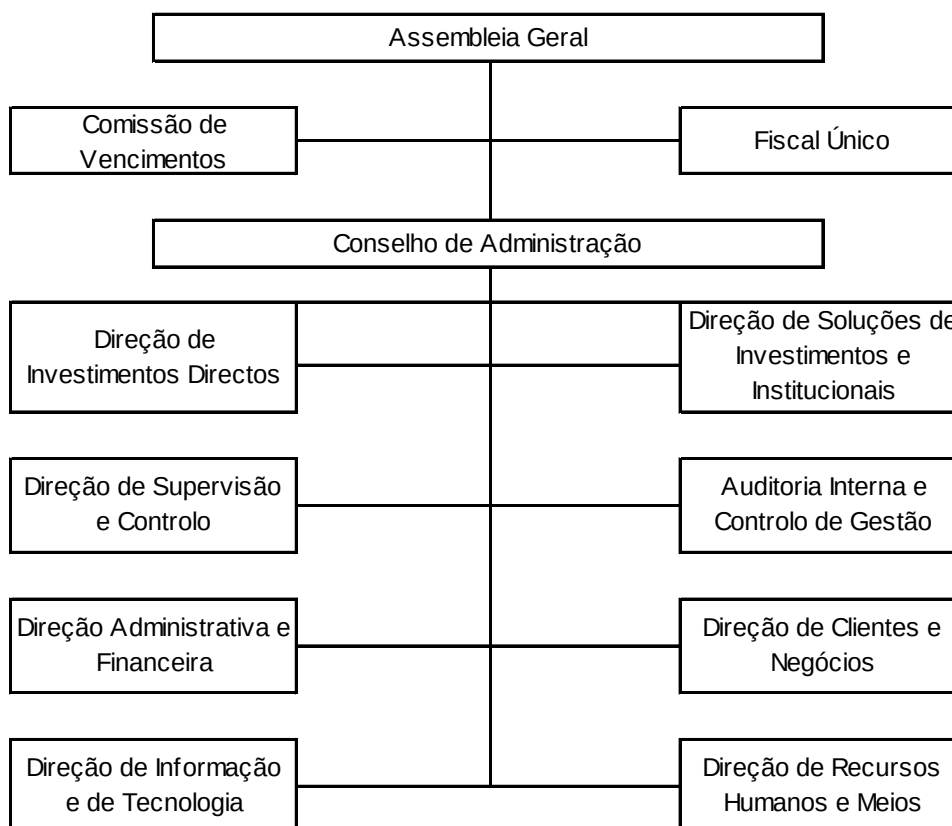
MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

Modelo de Governo

A Sociedade integra um conjunto de empresas que dispõem de uma estrutura organizativa integrada, que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias, sendo composta por Direções funcionais na dependência direta do Conselho de Administração.

Organograma do Modelo de Governo da Sociedade

Esquemáticamente o organograma funcional é o seguinte:



GESTÃO DE ATIVOS MOBILIÁRIOS

Direção de Investimentos Diretos (DID)

É responsável pela gestão dos investimentos diretos em ativos do mercado monetário, taxa de juro, crédito, ações e pela alocação de ativos. A DID é composta por 17 elementos e tem como responsável o Dr. João Marques.

Direção de Soluções de Investimentos e Institucionais (DSI)

É responsável pela gestão de investimentos indiretos, de *outsourcing* (escolha e acompanhamento de gestores externos), alternativos, gestão de carteiras de patrimónios e gestão de carteiras de investidores institucionais, designadamente carteiras de seguros e fundos de pensões. A DSI é composta por 12 elementos, tendo como responsáveis a Dr.^a Cristina Brízido e o Dr. Pedro Frada.

FUNÇÕES INTEGRADAS

Direção de Supervisão e Controlo (DSC)

É responsável pela gestão do risco de *compliance*, prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, e pela gestão de risco operacional e controlo interno. É completamente independente das restantes áreas funcionais, não estando envolvida em qualquer atividade de gestão, valorização e liquidação. A Direção de Supervisão e Controlo é composta por 5 elementos, tem como responsável a Dra. Paula Geada.

Auditoria Interna e Controlo de Gestão

Unidade responsável pela função de Auditoria Interna e pela elaboração do Orçamento e respetivo Controlo, sendo assegurada pelo Dr. Filipe Reinaldo.

Direção de Clientes e Negócios (DCN)

Desenvolve as atividades comerciais e de marketing, em estrita colaboração com a CGD. Assegura a ligação à Rede Comercial da CGD, incluindo formação no lançamento de campanhas comerciais. Esta Direção é composta por 11 elementos, sendo o responsável o Sr. José João Froes.

Direção Administrativa e Financeira (DAF)

Desenvolve as atividades necessárias ao apuramento do valor das unidades de participação (UP) dos fundos mobiliários e do valor dos patrimónios geridos. Processa todas as transações mobiliárias e garante a existência de informação de gestão sobre as carteiras dos fundos e dos clientes da gestão discricionária. Realiza os processamentos contabilísticos e de reconciliação por forma a garantir que as demonstrações financeiras de cada fundo e Sociedade espelhem, de forma correta, a sua atividade. Esta direção é composta por 22 elementos e tem como responsável o Dr. José Pedro Rodrigues.

Direção de Informação e de Tecnologia (DIT)

É responsável pela gestão da informação, dos sistemas e da infraestrutura tecnológica, em estrita colaboração com a Sogrupa SI da CGD. A Direção de Informação e de Tecnologia é composta por 6 elementos e tem como responsável o Eng. António Nogueira.

Direção de Recursos Humanos e Meios (DRH)

É responsável por dirigir e coordenar as políticas e processos administrativos, respeitantes aos recursos humanos, bem como das áreas de logística e suporte à atividade. A Direção de Recursos Humanos e Meios é composta por 4 elementos e reportando diretamente à responsável do pelouro, Dr.^a Marta Magalhães.

Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2011/2013

A **Mesa da Assembleia-Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. ^a Maria Amélia Vieira Carvalho de Figueiredo
Secretário	Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato atual (triénio 2011/2013) é a seguinte:

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

O **Fiscal Único** é a Oliveira Rego & Associados - S.R.O.C., representada pelo Dr. Manuel de Oliveira Rego e pela suplente a Dr.^a Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rego.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Membro	Dr. Henrique Pereira Melo
Membro	Dr. Vitor José Lilaia Da Silva

Informação sobre os membros do Conselho de Administração

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger, SGFII e da CGD Pensões, SGFP.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (2008-2011). Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

Fernando Manuel Domingos Maximiano

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso de “Global Asset Allocation” no International Center for

Monetary and Banking Studies em Geneve. Curso de “Financial Risk Management” no Instituto de Gestão Bancária. Cursos de “Negotial Strategies” e de “Marketing Strategies” na Universidade Nova de Lisboa. Programa de Alta Direção de Empresas no Instituto de Estudios Superiores de la Empresa da Universidade de Navarra.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Gestão de Ativos (desde 2008), da Caixagest, Técnicas de Gestão de Fundos (desde 2000).

Diretor-Geral da Caixagest (1994-2000). Chefe de Investimento em Obrigações de Taxa Fixa da Caixagest (1993-1994). Gestor de Fundos na Caixagest (1990-1993) e na UAP - Union des Assurance de Paris (1989-1990).

Data de Nascimento: 25 de Dezembro de 1960

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Ativos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger e da CGD Pensões (desde 2002). Diretor de Gestão de Ativos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Ativos Financeiros, SGFIM e da Mello Ativos Financeiros SGP. Diretor de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Diretor de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Diretor de Research da Caixagest., Subdiretor da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

Número de reuniões do Conselho de Administração

O número de reuniões dos órgãos de administração durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

- Conselho de Administração: 4 reuniões
- Comissão Executiva: 30 reuniões

Informação sobre os membros dos restantes Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em 31/3/2005. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixanet, Caixatec, Fundger, Gestinsua, Imocaixanjimo e Vale do Lobo). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Participações, Gerbanca, Locarent, Parbanca e Sogrupu IV GI. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa BI, Caixagest, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Sogrupu SA e da Sogrupu SI. Membro da Comissão de Vencimentos da Imocaixa, Multicare, Sogrupu SA e Sogrupu IV GI. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980), exercendo funções diretivas desde 2005. Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

Dr^a Maria Amélia Vieira de F.Carvalho de Figueiredo

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia-Geral em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Gestão de Ativos, da Caixagest e da Fundger (desde 2011). Secretário da Mesa da Assembleia-geral da Gerbanca (desde 2012), da Caixa Seguros e Saúde e da HPP - Hospitais Privados de Portugal (desde 2011), da HPP-ACE (desde 2010), da Caixa Participações e da Parbanca (desde 2009). Colaboradora da Caixa Geral de Depósitos (desde 1987).

Data de nascimento: 30 de Julho de 1955

Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia-geral em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas e Mestre em Finanças pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Secretário da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Gestão de Ativos, da Caixagest e da Fundger (desde 2011). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 2004).

Data de nascimento: 13 de Outubro de 1979

Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Setor Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Avaliação de desempenho dos gestores executivos

Considerando a forma como foi conduzida a administração da sociedade, o acionista propôs na última Assembleia-geral, um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, para que prossigam os seus mandatos.

Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do art.º 414 nºs 5 e 6 do CSC

Revisor Oficial de Contas

Dr. Manuel de Oliveira Rego

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Finanças no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Revisor Oficial de Contas desde 1980.

Auditoria Externa

Deloitte & Associados, SROC, SA, representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura.

Meios de salvaguarda da independência dos auditores

A auditoria anual às contas da Caixagest é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, que tem como interlocutores privilegiados o Conselho Fiscal e a Direção de Contabilidade e Consolidação de Informação Financeira, sendo que, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo são da responsabilidade do Conselho Fiscal, que assegura as suas condições de independência.

Comissões Especializadas - Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia-Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Caixagest tem a seguinte composição:

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 1/6/2006. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrupos CSP, Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Ativos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundger, da Império Bonança e da Sogrupos SI, do Banco Caixa Geral Totta Angola, do Banco Nacional de Investimento (Moçambique). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

Vitor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Administrador executivo do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Membro do Conselho de Administração da Caixa Participações SGPS, da Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau, da Gerbanca SGPS, da Parbanca SGPS e da Parcaixa SGPS. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carlton Life Residências e Serviços, da Sogrupos CSP, da Sogrupos SI e da Sogrupos IV GI. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Caixa Geral de Depósitos Culturgest. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur, da Promotora, do BCA e da Locarent. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Interatlântico, do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa Banco de Investimento, da Caixa Gestão de Ativos, da Caixa Imobiliário, da Caixa Capital, da Caixa Desenvolvimento, da Caixa Leasing e Fatoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundger, da Imocaixa, da Margueira, da Multicare, da Sogrupos CSP, da Sogrupos SI, da Sogrupos IV GI e da Vale do Lobo -

Resort Turístico de Luxo. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

Prevenção de conflitos de interesses

A organização e gestão das atividades de intermediação financeira são realizadas por forma a que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.

Interdição de uso direto ou indireto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício, nem a facilitá-la a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da atividade de intermediação financeira.

Observância, em todas as suas atuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.

Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Política Remuneratória

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os objetivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos Administradores com pelouros, sendo os custos suportados pelas empresas da Caixa Gestão de Ativos.

Os Administradores não auferiram qualquer tipo de remuneração ou compensação de despesas, através da Sociedade holding, Caixa Gestão de Ativos.

Remunerações dos membros do Conselho de Administração

Os Administradores com pelouros atribuídos receberam em 2012, as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

	Presidente Dr. João Faria	Administrador Dr. Fernando Maximiano	Administrador Dr. Luis Martins
Remunerações			
Remuneração mensal (1)	12.397,50	9.405,00	9.405,00
Remuneração anual recebida	148.770,00	112.860,00	112.860,00
Outras regalias e compensações			
Gastos anuais na utilização de comunicações móveis	337,38	998,82	685,58
Subsídio anual de refeição	1.136,96	2.797,20	2.730,60
Outras (2)	-	503,10	386,10

	Presidente Dr.João Faria	Administrador Dr.Fernando Maximiano	Administrador Dr.Luis Martins
Encargos com benefícios Sociais			
Regime de Proteção Social (anual)	38.620,56	17.007,49	29.745,84
Parque Automóvel			
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	10.758,67	12.991,42	12.569,80
Valor da renda média mensal de 2012	1.287,69	1.082,61	1.047,48
Ano de Início do contrato atual	2008	2010	2010
Valor anual do combustível gasto com a viatura	2.333,80	-	-
Informações Adicionais			
Regime de Proteção Social	Seg.Social	Seg.Social	CGA
Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não	Não	Não

(1) As remunerações dos membros do Conselho de Administração acima identificadas refletem já as reduções remuneratórias de 5% e 10% do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de junho e do artigo 20º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro. Em 2012, a remuneração mensal passou a 12 vezes por aplicação do artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (não pagamento dos subsídios de férias e natal).

(2) Subsídio Infantil e de Estudo

Prémios de Gestão

Nos termos do art.º 24º da Lei 55-A/2010 e em cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro do Estado e das Finanças, comunicado através do Ofício circular nº 2590, de 26 de Março de 2010, não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos órgãos de gestão entre 2010 e 2012.

Remuneração do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo

Nos exercícios de 2011 e 2012, os custos relativos à remuneração dos serviços de auditoria externa foram, respetivamente, 20.700 euros e 20.200 euros, excluindo impostos, e o custo de elaboração do Relatório de Salvaguarda de Ativos foi de, respetivamente, 22.500 euros e 20.000 euros, excluindo impostos.

O Fiscal Único não foi remunerado pelas suas funções de fiscalização.

O custo anual dos serviços de revisão oficial de contas da Sociedade e de elaboração do Relatório de Controlo Interno foi de 25.000 euros, excluindo impostos, em ambos os exercícios.

SISTEMA DE CONTROLO

Sistema de Controlo Interno

Anualmente, a Caixagest elabora um relatório sobre o Sistema de Controlo Interno que é entregue ao Banco de Portugal e à CMVM onde se evidencia o cumprimento da legislação e regulamentação, as deficiências que a sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista a eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Semestralmente, é também apresentado ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, o Relatório de Compliance, onde são identificados os incumprimentos verificados nas sociedades gestoras de fundos e as medidas adotadas para corrigir eventuais deficiências. Este documento é preparado pela Direção de Supervisão e Controlo, direção responsável pela função *compliance*.

Sistema de Controlo de Proteção dos Investimentos

Complementarmente ao Sistema de Controlo Interno (referido anteriormente), os clientes particulares que têm contrato de gestão de carteiras estão abrangidos pelo Sistema de Indemnização aos Investidores, pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-lei n.º 222/99, de 22 de Junho, com o objetivo de proteger os pequenos investidores e que funciona junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Sistema de Controlo de Salvaguarda de Títulos

No exercício da atividade de gestão discricionária de carteiras por conta de outrem, a Caixagest assegura uma distinção clara entre os bens pertencentes ao seu património e os bens pertencentes ao património de cada cliente. Para tal adota procedimentos e medidas que permitem, a todo o momento e em todos os atos praticados, o cumprimento desta distinção, em conformidade com o disposto no Código de Valores Mobiliários sobre a salvaguarda dos bens dos clientes.

A Caixagest ciente destes procedimentos, entende todo o trabalho realizado nesta matéria como uma das peças do sistema de controlo interno da Sociedade.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

Representante para as Relações com o Mercado

A Caixagest, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, cujo contato é o seguinte:

- Dr. Fernando Maximiano, Vogal do Conselho de Administração da entidade gestora.
- Endereço: Av. João XXI, 63 – 2º 1000-300 Lisboa Telefone: 217905457 Fax: 217905765
- E-mail: caixagest@caixagest.t

Divulgação de informação relevante

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública de informação relevante, a Caixagest, durante o ano 2012, remeteu à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) 101 informações relevantes que se encontram disponíveis no site da CMVM.

Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade económica, social e ambiental

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

A oferta de produtos financeiros inovadores também evidencia a integração dos aspetos ambientais de uma forma transversal, nomeadamente através do Fundo Especial de Investimento Caixagest Energias Renováveis, o primeiro fundo temático português de investimento socialmente responsável (iniciado em Outubro de 2005) com notação máxima de cinco estrelas atribuída pela Morningstar.

NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

Provedor do cliente

As sociedades gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário não estão obrigadas à nomeação de um Provedor do cliente.

O relacionamento com os clientes é na quase totalidade efetuado através da rede comercial da CGD pelo que, regra geral, todas as reclamações são atendidas e resolvidas ao nível da Estrutura Central da CGD. As reclamações dos clientes constituem um meio privilegiado para melhorar o nível de serviço da Sociedade, quer na resolução das situações apresentadas, quer na definição de procedimentos mais adequados em situações futuras.

Nos casos em que as reclamações são diretamente dirigidas à Sociedade Gestora são adotados os seguintes procedimentos de forma a garantir a sua pronta e justa apreciação:

- Todas as reclamações são encaminhadas para a Direção de Clientes e Negócio e para a Direção de Supervisão e Controlo, que, não estando afetas a execução das operações, as apreciam imparcialmente, procedendo à sua resposta.
- É estabelecido um prazo máximo de dez dias úteis para resposta ao cliente.
- Os processos de reclamação, os resultados da apreciação, bem como todos os elementos identificativos da mesma são conservados por um prazo mínimo de cinco anos.

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

OBJETIVOS DE GESTÃO

O Estado Português, através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentor da totalidade do capital social da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. Para o exercício de 2012, não foram estabelecidas orientações nem objetivos de gestão, previstos no art.º 11º do DL 300/2007, de 23 de agosto.

DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO À DGTF E À IGF

A Caixagest cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio, relativo designadamente ao reporte e à Inspeção Geral de Finanças (IGF) através do envio de informação regular para o Sistema de Informação das Participações do Estado (SIPART).

DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA - DILIGÊNCIAS E RESULTADOS OBTIDOS

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2011, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

NÍVEL DAS REMUNERAÇÕES

Orgãos sociais

Os membros dos órgãos de administração da Caixagest são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP).

Relativamente ao ano de 2012, as remunerações dos órgãos sociais foram fixadas e pagas de acordo com o EGP tendo, também, sido cumpridos os seguintes limites legais:

- Artigo 29.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo à não atribuição de prémios de gestão;
- Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativo às reduções remuneratórias de 5%;
- Artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo às reduções remuneratórias de 10%;
- Artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo à suspensão do pagamento da 13ª e 14ª prestações.

Em conformidade, a Caixagest respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

Colaboradores

Durante o ano de 2012 a remuneração dos trabalhadores da Caixagest foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no artigo 20º da Lei 64-B/2011, com as adaptações justificadas pela sua

natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Despacho da SETF comunicado por ofício de 13 de janeiro de 2012.

Conforme estabelecido no artigo 21º da Lei Orçamento de Estado de 2012, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, as remunerações dos trabalhadores estiveram igualmente abrangidas pela suspensão do pagamento do subsídio de férias e de Natal.

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Nos termos do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da Caixagest não utilizam cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

Relativamente ao n.º 2 do referido artigo, na Caixagest não existem despesas de representação pessoal.

NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Caixagest. No âmbito da atuação da Caixa Gestão de Ativos não foram celebrados contratos do valor superior a 5 milhões de euros.

ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do **Grupo Caixa Geral de Depósitos** - do qual a Caixagest faz parte - é efetuada através do Sogruppo Compras e Serviços Partilhados - Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento de SCSP empresa e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais. A atividade do SCSP é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas.

PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

Inserida na estratégia global de redução de custos, a Caixagest tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca a promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu, em 2012, numa redução dos *plafonds* de atribuição viaturas superior a 20% face aos valores de 2011.

PRINCÍPIO DE IGUALDADE DO GÉNERO

O efetivo da Caixagest apresentou em 2012 uma distribuição equitativa por sexos (50% feminino e 50% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS DEFINIDO PARA 2012

Na lei do Orçamento do Estado para 2012 foram definidos objetivos de redução dos custos relativamente ao ano anterior para as empresas do setor empresarial do Estado. Para o conjunto de empresas que integram a Caixa Gestão de Ativos foi estabelecida uma redução de 5,2% nos Custos de Pessoal e de 8,6% nos Gastos Gerais Administrativos (GGA). Estes objetivos foram integralmente cumpridos tendo sido alcançada uma redução de 7,1% nos gastos com Pessoal e de 18,9% nos GGA.

REDUÇÃO DO NÚMERO DE EFETIVOS E DE CARGOS DIRIGENTES

Não foram definidos objetivos de redução de pessoal, no entanto, o número de colaboradores da Caixagest reduziu 10,8% relativamente ao ano anterior.

QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Orientações	Cumprimento			Quantificação
	S	N	N.A.	
Objetivos de gestão			X	não aplicável
Deveres especiais de informação à dgtf e à igf	X			
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	X			
Recomendações do acionista - diligências e resultados obtidos			X	não aplicável
Nível das remunerações:				
· Órgãos Sociais - redução de 5% (art.º 12.º da lei n.º 12-a/2010)	X			- 21.900,00 euros
· Órgãos Sociais - redução de 5% (art.º 20.º da lei n.º 64-b/2011)	X			- 41.610,00 euros
· Órgãos Sociais - estatuto do gestor público (AEGP)	X			
· Suspensão da 13ª e 14ª prestações (art.º 21.º da lei n.º 64-b/2011)	X			- 489.425,39 euros
· Não atribuição de prémios de gestão (art.º 29.º da lei n.º 64-b/2011)	X			
Normas de contratação pública			X	não aplicável
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X	não aplicável
Parque de veículos			X	não aplicável
Princípio de igualdade do género	x			
Plano de redução de custos:				
· Gastos com Pessoal	X			
· Gastos Gerais Administrativos	X			
Redução do número de efetivos			x	não aplicável

RELATÓRIO DE AUDITORIA & RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (uma Sociedade inserida no Grupo CGD, ver Nota Introdutória), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 34.317.086 Euros e um capital próprio de 28.650.174 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.594.560 Euros, as demonstrações do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfases

5. Conforme mencionado na Nota 25 do Anexo às demonstrações financeiras, a Sociedade foi alvo, durante os exercícios de 2011 e 2012, de dois processos de natureza legal, relativos à prática de infracções ao Código dos Valores Mobiliários que, se decididos desfavoravelmente, podem resultar em responsabilidades que se situam entre os 25.000 Euros e os 2.500.000 Euros por cada infracção cometida. No entanto, de acordo com o teor dos processos acima referidos, embora as infracções cometidas se encontrem devidamente circunscritas, as mesmas não se encontram quantificadas. Adicionalmente, em Março de 2013, relativamente ao processo de 2011, a Sociedade foi condenada a uma coima de 150.000 Euros. Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade e os seus advogados discordam do teor de tais processos/condenações, tendo procedido, ou indo proceder, à sua impugnação judicial. Essas impugnações encontram-se em curso à data actual, sendo o respectivo desfecho das mesmas incerto.
6. Durante o exercício de 2011, a Sociedade, em conjunto com a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e com algumas das entidades seguradoras que integram o Grupo CGD, decidiram proceder a correcções nas comissões de gestão discricionária de carteiras a receber de entidades seguradoras e nas comissões de comercialização e de depositário a pagar à CGD relativas ao exercício de 2010. Como consequência destas correcções, a Sociedade registou na demonstração dos resultados do exercício de 2011 uma diminuição de proveitos (comissões de gestão discricionária) e uma diminuição de custos (comissões de comercialização e de depositário) de, aproximadamente, 735.000 Euros e 517.000 Euros, respectivamente. Desta forma, a comparabilidade das demonstrações financeiras anexas encontra-se influenciada pelas correcções acima descritas (Nota 14).

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Lisboa, 26 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Senhores Accionistas,

1. No desempenho das Funções previstas no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Fiscal Único emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da *CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.*, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. O Fiscal Único acompanhou a evolução da gestão da Sociedade ao longo do exercício e periodicamente desenvolveu trabalhos de revisão legal de contas, emitindo relatórios sobre as verificações efectuadas e sugestões, os quais foram enviados oportunamente ao Conselho de Administração.
3. O Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas emitiu em 31 de Maio de 2012, nos termos do Aviso n.º 5/2008, de 25 de Junho, do Banco de Portugal, os Pareceres sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e sobre o processo de preparação e divulgação de informação financeira da Caixagest.
4. O Fiscal Único emitiu em 28 de Setembro de 2012, nos termos do Aviso n.º 9/2012, de 17 de Maio, do Banco de Portugal, o Parecer sobre a qualidade do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.
5. No final do exercício o Fiscal Único analisou os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração, procedeu às verificações que considerou convenientes e emitiu a Certificação Legal das Contas.

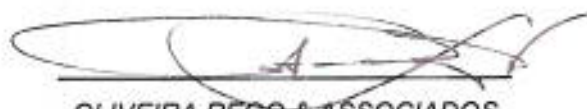
6. **PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- a) aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

LISBOA, 26 DE MARÇO DE 2013

O FISCAL ÚNICO



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de balanço de 34.317.086 euros e um total de capital próprio de 28.650.174 euros, incluindo um resultado líquido de 2.594.560 euros), as demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.*, em 31 de Dezembro de 2012, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

ÊNFASE

8. Conforme descrito na Nota 25 do Anexo às demonstrações financeiras, a Sociedade foi alvo, durante os exercícios de 2011 e 2012, de dois processos de natureza legal, relativos à prática de infracções ao Código dos Valores Mobiliários que, se decididos desfavoravelmente, podem resultar em responsabilidades que se situam entre os 25.000 Euros e os 2.500.000 Euros por cada infracção cometida. Em Março de 2013, relativamente ao processo de 2011, a Sociedade foi condenada a uma coima de 150.000 Euros, dos quais 75.000 Euros ficaram suspensos parcialmente de execução durante um prazo de 2 anos. A Sociedade discorda do teor de tais processos e da decisão de condenação, tendo procedido, ou indo proceder à sua impugnação judicial, pelo que a suspensão parcial de execução da coima acima referida extingue-se.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

LISBOA, 26 DE MARÇO DE 2013

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego